

#### 4. **As condições de ingresso das mulheres na linha bélica do Exército brasileiro**

Para verificar as condições de ingresso das mulheres na linha bélica do Exército foram realizadas entrevistas com os instrutores de uma escola de formação militar de oficiais da linha bélica: a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

A AMAN foi escolhida como *locus* por ser uma das instituições de formação de oficiais de linha bélica onde será implementada inicialmente a política de inserção de mulheres no sistema de ensino do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) a partir de 2018.

A AMAN é uma escola de ensino superior localizada na cidade fluminense de Resende. É a única escola, no sistema de ensino do Exército, que forma oficiais de carreira das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro e, que compõe a linha bélica, “destinada diretamente à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre”.

A AMAN é uma instituição relativamente antiga, tendo sido criada em 1944, com o nome de “Escola Militar de Resende”, sendo designada como AMAM em 1951. Desde a sua fundação, a AMAN tem sido legitimada enquanto instituição tradicional por excelência, como repositório de valores e práticas militares de referência, oriundas de um passado prestigioso e eticamente ilibado.

Nesse sentido, seu idealizador, o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, instaurou uma série de práticas e códigos simbólicos hauridos do imaginário do Império (1822-1889), tais como o uso do espadim, do uniforme e de alguns rituais militares, além de estruturar novas tradições com foros de maior antiguidade.

Ainda no intuito de legitimar-se pela tradição, como acontece frequentemente em instituições militares, o discurso oficial do Exército sempre vinculou a AMAN às versões anteriores de escolas de formação de oficiais, em

suas diversas designações, como se se tratasse da mesma instituição. São elas: a Academia Real Militar (1810); a Imperial Academia Militar (1822); a Academia Militar da Corte (1832); a Escola Militar (1840); a Escola Central (1858); a Escola Militar da Praia Vermelha (1874); a Escola Militar de Realengo; e, a Escola de Guerra (1904).

Nos últimos 20 anos, a AMAN foi impactada por duas reformas de ensino de caráter modernizante, centradas em modelos pedagógicos voltados para o discente, de cunho dialógico, e instauradas no sistema de ensino do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX): o Processo de Modernização de Ensino (PME) e o Ensino por competências.

O PME foi desencadeado a partir de 1995, opondo-se ao ensino tradicional, que enfatizava a aula expositiva e a transmissão de modelos científicos e literários. Atuou também sobre os problemas de ordem sistêmica e de infraestrutura de ensino. Além disso, o PME apontou como aspecto negativo o isolamento institucional do ensino do EB, pois não havia um intercâmbio sistemático com os sistemas de ensino civil e nem a equivalência legal dos cursos e estágios militares em relação à Educação Nacional.

Para resolver os problemas apontados, o PME instaurou reformas nas normas concernentes a currículos, a didática e a avaliação, inspiradas nos métodos ativos de cunho escolanovista.

Por sua vez, o ensino por competências, na perspectiva do DECEX, consiste atualmente num ensino voltado para alinhar as escolas militares com as demandas da unidade de emprego, utilizando, para tal, o mapa funcional das atividades profissionais como ponto de partida da seleção de conteúdos para a seleção dos conteúdos disciplinares.

Outra ideia-força consiste na apropriação dos princípios de ensino construtivista, tais como a interdisciplinaridade, que resulta na construção de currículos como módulos, e a utilização sistemática de situações-problema de natureza prático-profissional em projetos pedagógicos e em outros instrumentos de avaliação.

O ensino por competências foi estabelecido na AMAN/ESPECEX a partir da iniciativa da Diretoria enquadrante, a Diretoria do Ensino Superior Militar (DESMIL), desde 2010, determinada pela Nova Sistemática de Formação de Oficiais, que, dentre outras medidas, acoplou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPECEX) à AMAN, passando este Estabelecimento de Ensino (Estb Ens) a ser responsável pelo primeiro ano de formação. Foi também ampliada a duração do curso para cinco anos.

A seguir, a Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012, do Comandante do Exército (Cmt Ex) e o Plano do Projeto Implantação do Ensino por Competências no Sistema de Ensino do DECEX ratificaram a diretriz de implantação do ensino por competências no sistema de ensino do DECEX, amparando legalmente a iniciativa unilateral da DESMIL de estabelecer essa proposta de ensino na AMAN.

#### **4.1. As Entrevistas**

Foram selecionados 14 instrutores da linha bélica de quatro cursos de quadros, armas e serviços, que são responsáveis pela formação militar: Infantaria, Cavalaria, Intendência e Material Bélico.

A Infantaria e a Cavalaria são armas de combate, que enfatizam as manobras nas operações no contexto da guerra convencional, não convencional, segurança pública, defesa civil e garantia da lei e da ordem.

Já a Intendência e o Material Bélico são, respectivamente, um serviço e um quadro que atuam em atividades de apoio ao combate, inserindo-se, enquanto Sistema Operacional de Logística, junto aos outros Sistemas Operacionais: o Apoio de Fogo; a Mobilidade, Contramobilidade e Proteção; o Comando e Controle; e, a Defesa Antiaérea.

A Logística realiza atividades de infraestrutura ao combate. A Intendência atua na parte de suprimentos e transportes, e o Material Bélico realiza manutenção em equipamentos militares (viaturas e armamento).

Enquanto a Cavalaria e a Infantaria são armas de caráter operacional, relacionadas diretamente com a atividade-fim, a Logística (Intendência e Material Bélico) é de caráter técnico, de apoio ao combate.

Foram escolhidas estas armas, quadros e serviços por representarem igualmente as atividades técnicas e operacionais.

Foram entrevistados os seguintes militares que realizam regularmente atividades de instrução em seus cursos:

- 4 instrutores de Cavalaria: três capitães e um tenente;
- 4 instrutores de Infantaria: dois capitães e dois tenentes;
- 3 instrutores de Intendência: um capitão e dois tenentes;
- 3 instrutores de Material Bélico: um major e dois capitães.

Utilizou-se aqui a técnica de coleta de dados das entrevistas com pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos ou identificar problemas. Essa é uma técnica qualitativa que pode ser usada sozinha ou com outras técnicas de mesmo cunho ou de cunho quantitativo, para aprofundar aspectos relacionados às necessidades, opiniões, percepções e sentimentos dos indivíduos.

Justificou-se aqui a utilização de entrevistas por favorecerem a expressão espontânea de percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade, em um contexto familiar de interação social, congregando indivíduos pertencentes ao mesmo círculo hierárquico ou de patente próxima, sem possibilidades de intimidação, criando, assim, uma ambiência passível de catalisar a expressão do *habitus* de gênero dos atores institucionais.

Foram realizados entrevistas somente com os instrutores dos cursos devido ao maior tempo que se destinam, em suas atividades, à formação militar dos cadetes, atuando, de modo formal e informal, no sentido da constituição de uma identidade militar profissional, definida pela inscrição em uma arma, quadro ou serviço. As perguntas das entrevistas estão presentes no Anexo A.

Além disso, a focalização dos instrutores dos cursos se justifica pela preocupação de esclarecer as diferenças de *habitus* de gênero entre os quadros, armas e serviços, uma vez que este estudo supõe que funcionam como instâncias de diferenciação dos *ethos* militar.

As entrevistas aprofundaram os aspectos abordados no *survey*, explicitando as nuances e distinções sutis do *habitus* de gênero, aqui apreendidos nos seguintes aspectos:

- *Ethos* (os valores em estado prático que regem as avaliações morais inconscientes na vida cotidiana, os gostos e a ação prática/atitudes);
- Moral ou avaliação moral fundamentada pelos sujeitos de modo reflexivo;
- *Héxis* ou princípios interiorizados pelo corpo (posturas corporais, gestos);
- Eidos ou modo específico de pensar a realidade, gerando classificações dos objetos da realidade social a partir do gênero.

Essas dimensões do *habitus* e das práticas sociais foram abordadas por meio de um conjunto de temas:

1. Autoimagem corporal;
2. Imagem corporal de homem e de mulher;
3. Papéis masculinos e femininos, na sociedade brasileira;
4. Homem e mulher militares no suporte ao combate;
5. Homem e mulher militares no combate convencional;
6. Homem e mulher militares no combate não convencional;
7. Homem e mulher militares na não guerra;
8. Homem e mulher militares no Exército de Paz.

#### 4.2.

#### Trajetórias de militares: vivência regional em corpo de tropa e familiarização limitada e tardia com mulheres militares

Em relação à experiência profissional na instituição militar, convém lembrar que os instrutores entrevistados são majores, capitães e tenentes. Os majores têm, em média, quinze a vinte anos de preparação profissional e podem ter acesso a diversos tipos de organizações militares: corpo de tropa, estabelecimentos de ensino e grandes comandos.

Os capitães, que são oficiais intermediários, têm, em média, sete a dez anos de preparação profissional. Já os tenentes têm, em média, dois a seis anos de preparação profissional. Os capitães e tenentes têm mais acesso ao corpo de tropa do que aos estabelecimentos de ensino e grandes comandos.

As organizações militares podem ser unidades de corpo de tropa (como os batalhões de infantaria) e de grandes comandos, tais como os grandes comandos de área<sup>97</sup>, os órgãos superiores do comando e administração do Exército<sup>98</sup> e os órgãos de direção setorial<sup>99</sup>. As organizações militares incluem ainda os estabelecimentos de ensino, que englobam os batalhões, os centros de instrução e as escolas militares.

Os majores, capitães e tenentes podem ter experiências profissionais em operações de não guerra, tais como as operações de GLO e as missões de paz.

Supõe-se aqui que o tipo de trajetória profissional que estes instrutores realizaram interfere na construção de suas opiniões sobre as mulheres e de um *habitus* de gênero específico.

O *habitus* funciona como um princípio subjacente de produção dos discursos, que estrutura “blocos inseparáveis de pensamento e de fala pré-fabricados, que fornecem às afirmações sua cor de universalidade conceitual, assim como seu ar de lição aprendida.”<sup>100</sup> No caso, o *habitus* de gênero dos instrutores expressa os esquemas inconscientes e conscientes de compreensão e

<sup>97</sup> É o caso do Comando Militar do Leste (CML).

<sup>98</sup> Os órgãos de direção geral, como o Estado Maior do Exército (EME).

<sup>99</sup> É o caso do Comando de Operações Terrestre (COTER) e dos departamentos e diretorias de ensino do Exército, como o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

<sup>100</sup> BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social de julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 406.

ação em relação ao exercício dos papéis sexuais, que eles supõem serem aceitos pela maior parte das pessoas, e que servem para estruturar fórmulas de entendimento e de intervenção em todos os problemas da existência corrente, e que se desdobram em pontos de vista sobre as relações de subordinação e de jugo, legitimidade e atribuições, funcionando como um conjunto de “princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis de controle lógico e de apreensão reflexiva, em suma, uma espécie de axiomática política – na linguagem corrente, uma linha ou um “programa” – que permite engendrar ou prever, de forma exclusiva, a infinidade de julgamentos.”<sup>101</sup>

Esse *habitus* de gênero expressa, portanto, julgamentos morais em relação aos papéis sexuais, valores, representações de si e dos outros em relação ao feminino e ao masculino, modelos de ação política e as relações práticas destes militares com o mundo, no que concerne às interações entre homens e mulheres.

Os diversos aspectos do *habitus* de gênero, constituídos ao longo das trajetórias profissionais desses instrutores, contêm também princípios doutrinários e esquemas de percepção inconfessos sobre a natureza real e ideal da atividade militar, materializados em práticas específicas. Desse modo, o *habitus* de gênero, consubstancia-se em concepções e modos específicos de fazer a guerra, em termos de Tática e Estratégia, e em maneiras próprias de realizar a administração, em termos de teorias, normas e práticas efetivas de gestão.

O *habitus* de gênero dos instrutores se estrutura ao longo das trajetórias profissionais, que se desenvolvem no interior do campo militar, que, por sua vez, engloba os círculos de pares<sup>102</sup>, os quadros, armas, serviços ou especialidades profissionais<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Ibid., p. 392.

<sup>102</sup> Os círculos de pares dos militares de carreira englobam praças (sargentos, subtenentes), oficiais subalternos (aspirantes, segundos-tenentes e primeiros-tenentes), oficiais intermediários (capitães) e oficiais superiores (majores, tenente-coronéis) e oficiais gerais (general de brigada, generais de divisão, generais de Exército).

<sup>103</sup> As especialidades profissionais são tipos específicos de atuação, relacionados às diversas formas de emprego militar, como da guerra convencional, não convencional ou não guerra, que são inseridas em cargos e funções e ensinadas sistematicamente, no Exército e em estabelecimentos de ensino de Especialização e Extensão. São exemplos de especialidade militar as Forças Especiais e os Observadores Aéreos.

O campo militar engloba também as organizações militares, que entretêm relações horizontais, do mesmo nível hierárquico e relações verticais, de subordinação ou comando/direção.

Em suma, o *habitus* de gênero é estruturado no interior de um campo militar complexo e estratificado, que destilaria *habitus* de gênero específicos, estruturados em razão do nível de inserção das mulheres militares em suas atividades e do modelo de exercício da sexualidade das mulheres e das mulheres com os homens, que estão sendo construídas nessas corporações profissionais e instituições militares ao longo dos anos, por meio do contato dos militares de linha bélica com mulheres do serviço de saúde, oficiais técnico-temporárias e oficiais do quadro complementar.

Foi constatado que, entre os instrutores, predominaram as trajetórias profissionais no corpo de tropa, em um contexto de vivência regional, e uma vivência menor em grandes comandos:

Eu saí daqui e fui para Curitiba. De Curitiba fui para EFEX no RJ, daí depois para Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul para EsAO. Da EsAO para Macapá. De Macapá aqui para academia esse ano. (Oficial intermediário de Infantaria)

Saí daqui da AMAN e fui para Feira de Santana. Da Feira de Santana, eu fui para Porto Velho, na Companhia de Comando. Aí, depois, fui para EsAO, no RJ. Da EsAO eu voltei para Feira de Santana e depois vim para cá. (Oficial intermediário de Infantaria)

A experiência em estabelecimentos de ensino, quando existiu, foi, em todo caso, limitada em relação a maior parte da trajetória profissional desenrolada em corpo de tropa. Essa vivência alternou, em algumas situações, a inserção no papel de instrutor ou de aluno, na especialização<sup>104</sup> e no aperfeiçoamento<sup>105</sup>, que são intercaladas com períodos mais extensos em corpo de tropa:

<sup>104</sup> A especialização militar é uma modalidade de curso ou estágio que prepara os militares para atuarem em conformidade com as especialidades, ou seja, “que qualifica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas”. (Art.º6, § III, Lei nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999). As especializações militares ensinam conceitos e técnicas militares próprios para o exercício de alguns cargos e desempenho de funções inseridos nos Quadros de Cargos Previstos (QCP). São exemplos de especializações militares o curso básico de Paraquedista e o Curso de Guerra Eletrônica.

<sup>105</sup> O aperfeiçoamento é uma modalidade de curso ou estágio “que atualiza e amplia conhecimentos obtidos com a formação ou a graduação, necessários para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de maior complexidade”. (Art.º6, § V, Lei nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999). Ou seja, o aperfeiçoamento é realizado após os cursos de formação militar, que são realizados inicialmente pelos militares de carreira. São exemplos de cursos de aperfeiçoamento a

Eu servi só em regimentos de cavalaria mecanizados em São Borges e Livramento. É, eu tive já uma passagem pela AMAN como tenente, fiz escola de Equitação e fiz estudo de equitação aqui na AMAN. Passei três anos aqui, fiz a EsAO, fui pro Rio Grande do Sul e fiquei mais quatro anos e agora retornei à AMAN (Oficial intermediário de Cavalaria).

Embora tenha predominado a vivência no corpo de tropa, alguns instrutores reportaram experiência em outras Forças, missões de paz e realização de cursos militares no estrangeiro: “Eu fiz os passos de reconhecimento na Aeronáutica e eu agora retornei do Canadá, onde eu fui fazer EsAO, na Nova Escócia e no Canadá.” (Oficial intermediário de Cavalaria)

A predominância de uma vivência profissional em corpo de tropa sugere que estes instrutores estão marcados por um tipo de adestramento condicionado pela hipótese da guerra convencional, ou guerra da 1ª e 2ª geração, que é majoritário neste tipo de organização militar.<sup>106</sup>

Convém ressaltar o fato de que este modelo de adestramento e de funcionamento das organizações militares, sob a égide da guerra convencional, caracteriza-se pelo escasso fator tecnológico. Este aspecto é favorecido pela penúria material do Exército Brasileiro, agravada nos últimos anos, devido à implementação de políticas de contenção de gastos públicos, instauradas desde a década de 1990.

Por esta razão, as organizações militares de corpo de tropa apresentam limitada interface técnica, mesmo nos aspectos administrativos, o que favorece que haja uma menor quantidade de militares técnicos, que atuem nas atividades de suporte ao combate. Ora, foi justamente no âmbito do suporte técnico, que ocorreu, a partir de 1989, a inserção do segmento feminino, nos cargos de oficiais técnico-temporários e no quadro complementar de oficiais. Deste modo, a presença relativamente rarefeita de militares do suporte técnico nas organizações militares de corpo de tropa enseja um contato mais limitado desses instrutores com o segmento feminino, o que não é o caso dos militares que serviram a maior

---

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EasA).

<sup>106</sup> Ora, foi justamente no contexto da emergência da guerra convencional que, em função da constituição de uma extensa e estruturada cauda logística que impediu os exércitos de viver do terreno, foi afastada a participação das mulheres, estruturando-se um sistema de adestramento específico, centrado na repetição exaustiva de técnicas com pouco valor tecnológico agregado, que

parte do tempo em estabelecimentos de ensino ou em grandes comandos, que desenvolvem predominantemente atividades de cunho administrativo.

Ao contrário do corpo de tropa, os grandes comandos, os órgãos superiores do comando e administração do Exército, os órgãos de direção setorial e os estabelecimentos de ensino têm mais interface técnica e dispõem de mais verbas, inserindo um efetivo muito maior de oficiais técnico-temporários e oficiais do quadro complementar, onde já ocorreu a inserção do segmento feminino.

Constatou-se que os instrutores entrevistados tiveram mais contato com mulheres em outras Forças Armadas, quando atuavam em região de fronteira ou com oficiais do corpo médico do Exército, o que demonstra a relativa rarefação da presença feminina na Força Terrestre, restringindo-se apenas a 10% do efetivo, sendo ainda pouco encontradas no corpo de tropa, onde se desenrola a maior parte da carreira dos oficiais da linha bélica, até, praticamente, atingirem o posto de oficial intermediário.

No caso dos intendentes, contata-se que servem mais, devido à natureza das atividades administrativas que desempenham, em organizações militares de natureza mais burocrática, com ênfase na prestação de serviços, como os hospitais ou, ainda, em estabelecimentos de ensino:

Eu saí da academia, fui pra unidade operacional BLOG, depois disso passei quatro anos e fui pra escola de educação física. Em relação, assim, ao segmento feminino, eu tive contato com algumas mulheres. Aí depois voltei pra unidade operacional de BLOG, retornei pra escola, tendo em vista a escola da EsAO e da EsAO fui pra um hospital. (Oficial intermediário de Intendência).

Conclui-se que estas trajetórias profissionais não favoreceram muito a familiarização desses militares, com exceção dos intendentes, à presença da mulher nas Forças Armadas, o que favoreceu a estruturação de um *habitus* de gênero relativamente infenso à inserção feminina na linha bélica, como se constatará adiante.

---

dificultava ainda mais a inserção das mulheres, por enfatizar de modo superlativo a resistência física.

### 4.3.

#### **Personalidade pública masculina e feminina admiráveis: o *ethos* militar da autossuperação e o discurso de silêncios e cesuras**

A definição de personalidades públicas admiráveis revela de modo mais sutil o *habitus* de gênero dos instrutores, constantemente vigiado por um discurso institucional já formatado sobre os vetores do “politicamente correto”, como será analisado adiante.

Os instrutores mencionam, como exemplos de personalidades públicas do sexo masculino merecedoras de admiração, as figuras de atletas devido à convergência dos valores de autossuperação e sacrifício pessoal que a profissão militar compartilha com a atividade do desporto:

Eu fico com o Federer, Roger Federer (...) pelo exemplo de dedicação dele. Ele é um atleta que sempre se dedicou ao trabalho dele. Conseguiu alcançar... chegar no topo, né. (Oficial intermediário de Infantaria)

Do mesmo modo, na indicação da personalidade pública do sexo feminino, destacou-se Angela Merkel, a chefe do governo alemão, porque encarna alguns valores militares basilares, como, por exemplo, o enfrentamento de condições adversas em nome do bem coletivo:

Ela conduziu a economia, uma das maiores economias, bem naquela situação difícil que foi contornar a crise da Europa com o euro lá e ela também tá conseguindo contornar, conversar, fazer acordo com os países lá pra tentar minimizar esses problemas. Conduzir um país como a Alemanha também não é fácil, dentro daquele contexto ali de Europa e de crise do euro... (Oficial intermediário de Intendência).

Essas indicações revelam que a admiração por estas personalidades públicas se deve à confluência de valores encarnados em suas trajetórias pessoais e profissionais com valores militares, como a defesa da Nação ou a valorização da família, o que evidencia o quanto a socialização militar distingue e aparta os militares da vida civil, pois, mesmo quando um civil é citado como referência, é na medida em que reproduz as atitudes e valores militares: “Então ele cuida bastante da família, ele preserva a unidade familiar, ele é uma pessoa que tem sempre esse cuidado. Então, na parte profissional ele é excelente, quanto na parte familiar.” (Oficial intermediário de Infantaria)

Essa concepção dicotômica e estanque em relação aos civis e militares manifesta-se mais claramente quando a personalidade pública apontada é um

militar que se caracteriza, precisamente, por uma carreira em que predominou uma atitude de confrontação com o governo civil, como o general Heleno<sup>107</sup>.

Neste caso, a razão da admiração do instrutor se deve precisamente à defesa incondicional dos valores militares e indisponibilidade de realizar negociações políticas, que distinguiria o militar genuíno, contraposto a um modelo mais “político” do generalato, que é, na verdade, necessário em sociedades democráticas, em que impera o controle civil sobre as Forças Armadas:

Acho que os generais estão partindo pra uma posição muito política do que realmente militar, então ele [o General Heleno] manteve suas questões militares acima de qualquer outra questão política, então ele manteve seus ideais até o final da carreira, é um exemplo pra muitos militares e civis. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Alguns instrutores revelaram admiração por militares que participaram do período militar, de 1964, encaixando-se mais na chamada “linha dura”, que se apoia também em clivagens estanques entre civis e militares e na capacidade de assumir responsabilidades e de se impor, a despeito de críticas e de todas as formas de oposição:

É uma figura muito conhecida assim pelas pessoas durante a revolução democrática de 64, e a postura dele como comandante militar na época foi bem diferente da que se prega, então ele foi muito criticado e muitas coisas caíram nas costas dele na época, mas, entretanto, a postura dele como profissional durante toda a época (...). É a capacidade de negociação de articular e de saber trabalhar os diversos planos do poder que se tinha a época, uma época extremamente conturbada. (Oficial intermediário de Cavalaria)

O Papa Francisco também foi citado para apoiar outro aspecto da profissão militar, o compromisso com os valores então ameaçados em época de mudança, o que patenteia uma espécie de ojeriza platônica às transformações sociais,

---

<sup>107</sup> Augusto Heleno Ribeiro Pereira, nascido em Curitiba, em 29 de outubro de 1947, é um general de Exército, da reserva. Graduou-se aspirante a oficial de Cavalaria em 1969, na AMAN. De junho de 2004 a setembro de 2005, foi o primeiro comandante militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), constituída de um efetivo de 6.250 militares de 13 países, dos quais sete latino-americanos. À semelhança do embaixador chileno Juan Gabriel Valdés, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da missão, e dos governos de países latinos, o General Heleno expressou publicamente a sua discordância quanto à estratégia adotada pela comunidade internacional em relação ao Haiti. Como comandante militar da Amazônia, o general Heleno contestou a política indigenista do governo Lula, que qualificou como “lamentável para não dizer caótica”, durante uma palestra no Cube Militar, no Rio de Janeiro, à época da demarcação da terra indígena da Raposa/Serra do Sol, afirmando que os índios “gravitam no entorno dos nossos pelotões porque estão completamente abandonados”. Hoje, atua como consultor de segurança e assuntos militares do Grupo Bandeirantes de Comunicação, onde também colabora com comentários na programação das emissoras. Foi comandante militar da Amazônia e Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia.

portadoras potenciais de corrupção e decadência da sociedade. Quando a transformação social é aceita, é somente na medida em que é comprometida com a preservação ou conservação de uma essência ética, que deve ser mantida inviolável.

Outra personalidade pública muito citada foi Joaquim Barbosa, o presidente do Supremo Tribunal Federal, pela defesa corajosa de valores cívicos:

Uma pessoa interessante que apareceu de uns tempos pra cá é o ministro, o Joaquim Barbosa, tendo em vista aquela situação do mensalão, que é uma dificuldade grande e ninguém acreditava e ele acabou batendo o pé pra poder realmente ter o julgamento dos envolvidos (...) ele manteve a conduta dele e seguiu a linha de raciocínio. (Oficial intermediário de Intendência).

A inserção do nome de Barack Obama, às vezes, ao lado de Joaquim Barbosa, deve-se às mesmas razões, por enfatizar uma espécie de voluntarismo, a busca de manter a posição em face das adversidades, acrescida também de reconhecimento da sua contribuição à difusão dos valores cívicos e democráticos:

Porque ele vem quebrando vários paradigmas, como presidente dos EUA e trazendo ideias de humanidade e igualdade, e conseguindo contornar a crise econômica ao mesmo tempo lidando com essa mudança cultural que toda a humanidade tá passando. (Oficial intermediário de Intendência).

Estamos num mundo onde tá todo mundo pedindo muita mudança, muita coisa tá se deixando perder (...). Ele combate abertamente a corrupção e não importa se é um camarada dele ali da capa preta, mas ele vai de frente com aquele ali, ele vai contra e expressa realmente a opinião dele, de forma a combater isso aí. São três figuras importantes: Barack Obama, Joaquim Barbosa... (Oficial intermediário de Intendência).

No caso de Joaquim Barbosa e Barack Obama, convém ressaltar que, embora a sua coragem seja ressaltada, os valores defendidos neste caso não são, no entanto, militares no sentido estrito, ou seja, estruturados internamente à instituição militar, visando a respaldar a suas tarefas formativas. São, na verdade, valores cívicos, de defesa do bem comum e de um Estado ao abrigo das práticas de corrupção e do uso personalista da coisa pública, o que demonstra alguma convergência entre o *habitus* de gênero destes instrutores e os valores democráticos da sociedade civil, apesar da tendência ao fechamento no universo ético militar, que foi assinalado acima.

Outro exemplo da convergência do *habitus* de gênero e dos valores da sociedade mais ampla aparece, curiosamente, quando se referem a um militar

bastante citado, o General Heleno, mas enfatizando as suas capacidades e habilidades de liderança, aqui depreendida como capacidade de persuasão, além da simplicidade e cordialidade no trato – virtudes que não são intrinsecamente militares:

Ele é aquela pessoa assim tipo que tem aquele tipo de liderança nata, ele é aquela pessoa que se conversar com você 10 minutos você acredita no que ele fala, ele consegue fazer você... Se você não tem aquela opinião dele... ele consegue fazer você acreditar, ele tem esse dom da palavra. Ele é uma pessoa bem humilde e sabe falar. Quando trabalhei com ele, ele já era general de exército e, eu, tenente, e ele tratava todo mundo bem, tenente, capitão, major, ele não era uma pessoa arrogante, ele era uma pessoa de fino trato. (Oficial superior de Material Bélico)

Diversos instrutores não reportaram nenhuma mulher admirável, evidenciando o quanto o discurso de gênero funciona por meio de silêncios e cesuras, daquilo que não se fala, que se omite, ou o que se situa no reverso da fala explícita: “É difícil falar assim como um exemplo... mulher na liderança”. (Oficial Superior de Material Bélico)

Em alguns casos, quando conseguiram se lembrar da pessoa, a recordação era tão pouco significativa que o militar não lembrava sequer do nome da mulher, o que demonstra que no imaginário profundo, as mulheres não estão relacionadas à vida pública, mas à vida privada, fazendo com que os instrutores mantenham as formas de compreensão da vida social próprias da sociedade tradicional.

Houve quem citasse a Princesa Diana, devido às atividades de filantropia, por serem afins aos papéis sexuais tradicionais de esposa e mãe, centradas no cuidado:

Uma mulher que seria importante não é de caráter esportivo, por exemplo, a princesa Diana, na parte de ajudar a comunidade carente... pela disposição que ela tinha (...) então ela é uma pessoa de referência se você pensar. No meu caso seria ela. (Oficial intermediário de Material Bélico)

Em outros casos, foram citadas mulheres que se destacaram na política nacional ou em países estrangeiros, como Angela Merckel e Margaret Thatcher, às quais foram sempre atribuídas características consideradas “masculinas” na sociedade como um todo, e, em especial, nas instituições militares, tais como a firmeza, a truculência e até o autoritarismo, merecendo eventualmente alcunhas específicas, como “dama de ferro”:

Eu tenho a nossa antiga governadora do Rio Grande do Sul, a Ieda Cruz. Ela teve que fazer várias coisas que não eram politicamente corretas, não seria bom politicamente, até que vieram depois as consequências, que ela não se reeleger, mas acertou as contas do Rio Grande do Sul. Fez o que era certo pra deixar o estado numa saúde econômica, assim, melhor do que estava, só que pra isso ela se desgastou, teve que bater de frente com muita gente e veio a não dar continuidade àquilo que ela queria, se reeleger e continuar com seus planos de governo. (Oficial intermediário de Intendência).

Ela tomou posturas importantes, ocupou um cargo de primeiro ministro num país forte, tomou várias posturas principalmente com relação à guerra das Malvinas. Não estou analisando historicamente a guerra das Malvinas (...). A população, uma época, ficou contra ela, é uma figura forte, tá entendendo? (Oficial intermediário de Cavalaria)

Neste caso, novamente, as mulheres são admiradas na medida em que aderem a um modelo masculino de atuação militar, presente, segundo esses militares, também no General Heleno e no General Mourão, que se manifesta numa atitude de “sustentar posição” e de se contrapor à oposição da opinião pública e de grupos, não cedendo, não negociando e não manifestando, portanto, as habilidades de negociação política, que são, na verdade, imprescindíveis para o chefe de governo e de Estado nas sociedades democráticas contemporâneas, e mesmo para os militares em algumas formas de emprego, como as operações de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO).

A tese de valorizar as atitudes firmes, “de sustentar posição”, aplica-se também à presidente Dilma Roussef, apontada por apenas um instrutor como mulher admirável, apesar de ser a primeira mulher presidente da República no País:

Ela como presidente da república, apesar dela ter vários pontos negativos, ela me surpreendeu positivamente, durante os quatro anos de governo dela, apesar do que tem de errado hoje, eu acho que... se comparando com FHC (...) quando foi lançada a candidatura da Dilma, eu esperava que ela fosse uma testa de ferro do Lula, mas ela conseguiu se desvincular dessa imagem (...), ela conseguiu moralizar um pouco o governo, apesar de continuar a ter os problemas, ela está lá defendendo a linha de pensamento do PT e a continuar preservando o PT como partido político... (Oficial subalterno de Material Bélico)

#### 4.4.

#### **Treinamento Físico Militar (TFM) e atividades de campanha: o corpo feminino, frágil, medicalizado e o corpo másculo, pujante.**

Constata-se, na fala desses instrutores, a presença de um discurso médico inspirado no paradigma da chamada ciência positiva, de matiz positivista. Esse saber apresenta pretensões de neutralidade e busca estabelecer um conhecimento empírico e quantificável, que produz uma compreensão objetiva do mundo. Essa concepção considera que se deve explicar perfeitamente o corpo feminino fundamentado na redução da mulher à matéria, na base de qualidades e modulações a serem aferidas pela percepção e por processos quantificadores de escrutínio sistemático, o que estabelece um novo perfil do perceptível e do enunciável, que descortina a doença e seus sintomas, realizando a

(...) definição de séries lineares de acontecimentos mórbidos (por oposição ao emaranhado de espécies nosológicas), articulação da doença com o organismo (desaparecimento das entidades mórbidas gerais que agrupavam os sintomas em uma figura lógica), em proveito de um estatuto local que situa o ser da doença, com suas causas e seus efeitos, em um espaço tridimensional.<sup>108</sup>

Esta configuração discursiva da ciência positiva, que se encontra no discurso dos militares, se deve à precedência de tradições seculares do pensamento positivista na constituição do Exército ocorrida a partir da Guerra do Paraguai e que influenciou profundamente os cursos de formação de oficiais desde então, sob a égide de Augusto Comte e de outros teóricos do Positivismo.

Foi Benjamin Constant quem interferiu ativamente na estruturação do currículo militar, introduzindo aí disciplinas humanísticas, mas mantendo a visão de mundo militar ainda estruturada sobre as pretensões de produção de um saber matematizante e empírico, das matrizes iluministas, que haviam influenciado a Academia Real Militar, criada em 1810, uma vez que o Positivismo se constitui como uma manifestação tardia do Iluminismo, ainda à busca de regularidades na natureza e na História, emancipando-se a sociedade das explicações transcendentais do discurso moralista e religioso:

A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo

<sup>108</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013, p. XVII.

estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência.<sup>109</sup>

À diferença do período marcado pela influência de Benjamin Constant, no final do século XIX e início do século XX, as concepções positivistas encontradas atualmente na instituição militar vinculam-se às ciências biológicas, que enquadram o feminino a partir de categorias da fisiologia, anatomia, ginecologia e educação física, que se tornam as matrizes precípuas da compreensão e das práticas de sexualidade/gênero, sendo estruturadas internamente à instituição militar em escolas que produzem doutrinas específicas, relacionando estas áreas às atividades militares – a Escola de Educação Física do Exército (EseFEx).

Deste modo, os instrutores expressaram uma concepção da feminilidade e do corpo feminino como uma instância determinada pelos aspectos biológicos, reduzindo a mulher à natureza, de um modo que a incompatibiliza com o combate:

Se a gente for usar o Gênese como referência, e ela nunca foi colocada em questões de combate, não só por uma questão de força física. As questões fisiológicas, por exemplo, não é? O homem às vezes fica sem fazer a higiene dele correta em combate por cinco, seis, sete dias. Como vai ser isso para uma mulher? (...) Com certeza a fisiologia dela vai cobrar dela isso. A mulher tem período de menarca, por exemplo. Menarca, não, que é a primeira, mas de menstruação, que ela fica debilitada, inclusive, por questões hormonais e tudo, e o combate não escolhe a data e o período em que vão acontecer. Não é? Então, a mulher tem a questão da gravidez que pode ocorrer também. E aí? Vai tirar um oficial da linha de frente porque ela ficou grávida? (Oficial intermediário de Infantaria)

A essência da feminilidade repousaria claramente sobre a região genital, e é esta, precisamente a que a indispõe ao combate, como se constata na alusão recorrente à infecção urinária: “E aí muitas vezes vai ter infecção urinária. Vai ter problema.” (Oficial intermediário de Infantaria)

As especificidades físicas das mulheres são consideradas, invariavelmente, como fatores que as incompatibilizam para o combate, o que envolve a forma de realizar determinadas atividades fisiológicas, uma vez que os aspectos femininos são sempre interpretados a partir de indícios sugestivos de fragilidade física, que

---

<sup>109</sup>CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 42.

se opõem, em termos absolutos, ao valor da rusticidade, central na profissão militar, de suportar continuamente condições físicas e materiais adversas, e que é depreendida como um aspecto propriamente masculino:

No combate, a gente é levado a uma situação que foge completamente à normalidade e que a mulher, ela tem desvantagens (...). Os caras fazendo marcha de meses, de anos. E aí, ela vai parar pra fazer xixi? Ela vai ter que parar pra fazer xixi e homem faz xixi, praticamente, andando. Um fato simples. Mostra toda a fragilidade que ela tem. Tem que tirar a calça... (Oficial intermediário de Infantaria)

Além da infecção urinária, alude-se também diretamente às funções corporais relacionadas diretamente à maternidade, como componente que torna as mulheres incompatíveis com a atividade do combate: “Ou seja, ela pode ser a campeã mundial do heptatlo, ela vai parar na questão fisiológica. E durante a menstruação dela? Ela vai conseguir reagir da mesma forma no estresse da coisa? É questão hormonal, é química.” (Oficial intermediário de Infantaria)

Deste modo, a feminilidade é definida, nos discursos desses instrutores, por meio dos artifícios retóricos da naturalização do corpo, percebido como potencialmente doente, atingido por moléstias essencialmente femininas, uma vez que é “saturado de sexualidade, pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas.”<sup>110</sup>

Na verdade, o que se constata no discurso destes instrutores é a determinação das mulheres a partir do sexo/gênero, o que “permitiu agrupar”, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções psicológicas, condutas, sensações e prazeres, fazendo funcionar essa unidade fictícia como princípio causal de um modo de ser e das doenças, “como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pode marcar a latência, pode marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas de reprodução.”<sup>111</sup>

Assim sendo, no âmbito das instituições militares, sob o influxo de uma preocupação crescente com a sexualidade/gênero, difundiu-se a concepção recorrente de uma feminilidade como falha, latência ou desvio, materializada em uma mulher constantemente ameaçada de moléstias por causa das partes de seu

<sup>110</sup> FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 115.

organismo que se remetem diretamente à feminilidade, as vias genitais e o aparelho urinário.

O gênero é aqui instituído como objeto de verdade, como instância determinante de um modo de ser essencial da mulher no sentido de que ela se reduz a ele e é identificada a ele, em termos absolutos.

Na verdade, essa ênfase negativa nos sinais e sintomas da feminilidade, caracterizada de tal forma, e evidenciada nos discursos dos instrutores, deve-se à presença, no âmbito da instituição militar de um regime específico de sexualidade/gênero, que associa dispositivos específicos, agenciando representações e práticas diversas.

Existe, nas instituições militares, o “dispositivo de comunhão”, que se assemelha ao dispositivo de aliança, que estabelece restrições ao pleno exercício da sexualidade/gênero ao casal heterossexual alicerçado sobre a instituição do casamento.<sup>112</sup> No Exército, o dispositivo da comunhão, facilmente reconhecível por qualquer militar, funcionaria no sentido de comprimir as práticas mais autorizadas de convívio sexual dos militares ao círculo de pares, ou seja, entre indivíduos com status semelhante, de posto e patente iguais ou próximos, em termos de antiguidade, o que, no caso do Exército, distingue praças (cabo, soldado, sargento e subtenente), oficiais subalternos (aspirante, segundo tenente, primeiro tenente), oficiais intermediários (capitão), oficiais superiores (major, tenente-coronel) e oficiais gerais.

Na verdade, o dispositivo da comunhão não atuaria sozinho, compartilhando os aspectos principais de um regime de gestão das pulsões vigente na sociedade mais ampla, instaurado a partir do século XVII até o início do século XX, que repudia as manifestações ostensivas da sexualidade, centradas nas sensações do corpo ou na qualidade dos prazeres, e que se tornou a tônica da vivência da sexualidade e dos afetos ao longo do século XX.

O dispositivo de sexualidade do tipo ascético, que impacta também o dispositivo de comunhão, vigente nas instituições militares, determina o prescrito

---

<sup>111</sup> Ibid., p. 168.

<sup>112</sup> Ibid., p. 168

e o ilícito, segundo os vetores do corpo, do tempo ou do espaço, sendo afim ao “início das grandes proibições, imperativas da decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem.”<sup>113</sup>

Nessa perspectiva, as configurações discursivas da ciência positiva encontradas na fala dos instrutores, articuladas aos dispositivos da comunhão e da sexualidade, manifestam-se aqui enquanto vontade de saber e de poder, que fazem falar e colocam a sexualidade/gênero em discursos que circulam nos interstícios da Instituição militar, fazendo proliferar definições da essência da atividade militar determinadas a partir do gênero, disseminando, de modo informal e formal, por meio de um regime de enunciados, um rol de interdições e restrições relacionadas àquilo que as mulheres podem e devem fazer nas instituições militares.

Essas configurações discursivas se manifestam de modo muito mais ostensivo nas instituições militares do que nas civis, devido à natureza mais coercitiva da instituição militar, que se caracteriza precisamente por ser uma instituição total, no dizer de Goffmann<sup>114</sup> e por instaurar mecanismos irradiantes de controle em um espaço relativamente fechado, homogêneo e isolado do mundo exterior.

Nesse aspecto, percebe-se o reflexo, no seio da instituição militar, de uma redução do corpo feminino ao corpo social através da afirmação da responsabilidade biológica-moral das mulheres, que tem estabelecido para o sexo feminino modelos díspares e complementares: a mãe, com a sua imagem em negativo da “mulher nervosa”, histérica.

À semelhança do que se realizou a partir do final do século XVII, quando o dispositivo de sexualidade centrou-se sobre a histerização do corpo da mulher, percebido como patológico, porque marcado pela responsabilidade biológico-moral da reprodução, ao qual foi reduzido, o corpo feminino também foi compreendido no Exército como uma instância de invariantes estruturais determinantes de desempenhos físicos incompatíveis com as demandas da instituição militar, sob a égide de um determinismo incoercível da natureza, que

---

<sup>113</sup> Ibid., p. 126.

<sup>114</sup> GOFFMANN, E. **Conventos, manicômios e prisões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

não as predispõe às ações de combate, cujo paradigma é sempre o corpo masculino, considerado em contraponto positivo como predestinado biologicamente ao esforço físico requerido.

Nessa perspectiva, o que o Exército dispõe como o cerne da feminilidade, por meio de um conjunto variado de configurações discursivas relacionadas com o corpo feminino e com a sua presença no espaço institucional militar, é a dimensão do organismo, dos atributos físicos que se remetem diretamente às funções reprodutivas sobre as quais estabelecem restrições e mecanismos de controle e em nome dos quais busca-se impedir a inserção plena das mulheres em todos os quadros, armas, serviços e especialidades.

Convém ressaltar, ainda, o fato de que o discurso médico sobre a mulher, que realça, sobretudo, a sua maior fragilidade física, que a incompatibiliza com as armas de combate, relaciona-se diretamente com uma preocupação obsedante com um incremento de eficiência operacional.

Esse discurso médico sobre a mulher, sintoma de um biopoder emanado principalmente dos campos da Medicina e da Educação Física, visa justamente a produzir corpos operacionais, em condições de luta e de hígidez, para serem eficazes na atividade do combate.

Em conformidade com a tendência geral, que se impõe a partir do século XVII, que considerava a sexualidade/gênero como um problema social, político e econômico que demandava políticas de controle e regulação específicas, o corpo feminino e a sexualidade são compreendidos na instituição militar como algo mais do que um organismo específico, assumindo uma dimensão de um verdadeiro problema militar, como algo que se relaciona intrinsecamente com as suas possibilidades de cumprimento da missão constitucional por comprometer ou ameaçar a sua eficiência no plano das operações militares, ao prejudicar o exercício de alguns sistemas operacionais de combate propriamente dito, que definem, a bem dizer, a instituição do exército, como a Infantaria e a Cavalaria:

ENTREVISTADORA: justamente. (...) Como vai ficar essa Infantaria com a mulher lá? O que visualizam? (....)

ENTREVISTADO 1: Vão acabar criando limites funcionais. Ela vai ser de Infantaria, mas não vai poder participar de determinadas atividades. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Não vai poder participar de certas coisas ou o número vai ser insipiente. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Vai ser uma Infantaria manca? Uma Infantaria com o pé manco?

ENTREVISTADO 2: Vai ser uma infante pra algumas atividades e pra outras, não. (Oficial intermediário de Infantaria)

Nessa perspectiva, a inserção da mulher pode comprometer o exercício da liderança, considerada fundamental no exercício da atividade profissional de risco, e que define a profissão militar:

ENTREVISTADORA: Isso vai gerar diferença de tratamentos pelos outros militares, será?

ENTREVISTADO 2: Principalmente, pelo subordinado. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Vai afetar a liderança, então.

ENTREVISTADO 2: Com certeza. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 1: Com certeza. (Oficial intermediário de Infantaria)

Levanta-se, inclusive, a possibilidade da inserção da mulher ameaçar a existência, de maneira geral, da instituição militar, baseada nos pilares da hierarquia e da disciplina, por não poder impor a sua autoridade:

ENTREVISTADORA: E o resto da cultura militar, seria alterada pela presença da mulher, em geral, nessas duas e depois quatro armas? Hierarquia e disciplina, afetaria?

ENTREVISTADO 2: Pelo que a gente vê no dia a dia, eu acho que não. Quando você vê uma tenente-médica no batalhão não tem nenhum problema disciplinar no batalhão em relação à autoridade dela como tenente por ela ser médica. O problema surge com questão funcional. Agora, ela é tenente e é médica, todo mundo respeita a autoridade dela. Eu nunca vi ter problemas. Não imagino que teria. Agora, eu penso que surgiria problema se colocasse uma tenente de Infantaria pra comandar um pelotão e ela não conseguir comandar o pelotão. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOAR: Aí sim.

ENTREVISTADO 2: Seria fruto da incapacidade dela de exercer a função (barulho). A gente vê acontecer. (Oficial intermediário de Infantaria)

O gênero se constitui aqui, então, como um “poder causal inesgotável e polimorfo”. (Foucault, 2003, p. 75). É o poder causal que pode provocar fissuras ou rupturas nas estruturas fundantes da instituição militar.

O discurso médico, que marca o gênero e estabelece as suas implicações para a atividade militar, também repercute no que se diz sobre o TFM, que é percebido como uma operação rigorosamente equalizadora, mas configurada segundo as práticas atuais e orientadas pelas características biológicas masculinas:

Eu vejo o TFM como uma ferramenta pra gente alcançar nosso objetivo. Então, por que o corpo? Porque eu tenho que ter a habilidade e meu corpo tem que estar em condições de executar as atividades quando em combate. Se a mulher vai ter que executar a mesma atividade que a gente, ela tem que ter essa habilidade. (Oficial intermediário de Infantaria)

Você andar com mochila nas costas pra fazer um combate localidade, o peso que a gente carrega faz mal à saúde. Então, o objetivo do treinamento físico militar é colocar você numa situação física que você tenha condição de executar a atividade militar sem prejudicar a saúde. Então, se ela vai desenvolver a mesma atividade militar do homem ela tem que carregar o mesmo peso pra preservar a saúde dela, ela vai ter que ter um treinamento físico militar muito parecido. (Oficial intermediário de Infantaria)

Se a gente colocar de uma forma geral, a capacidade física feminina é menor que a capacidade física masculina. Porém, isso é questão de treinamento. Os índices têm que ser ajustados. Existe o centro de capacitação física do exército pra fazer essas análises. Acredito eu que vai ser um problema futuro pra avaliação, porque a gente não pode criar uma tabela de feminino/masculino diferente, porque é complicado isso. Mas o treinamento e a capacidade do que a mulher pode fazer é a mesma do homem, tanto que hoje em dia tem mulher que sai paraquedista, mulher que faz guerra na selva, tendo em vista a capacidade física dela que é excelente também. (Oficial intermediário de Intendência)

Mesmo quando confrontados com a aparente aporia de submeter organismos diferentes a treinamentos idênticos, uma vez que sempre partem da tese de que o homem e a mulher se distinguem precisamente em função de aspectos orgânicos, recusa-se a noção de modelos específicos de TFM em razão das diferenças, impondo-se o *ethos* da isonomia, que, na verdade, esconde uma absolutização do corpo másculo e medicalizado, sobre o corpo feminino, negado em sua identidade e alteridade:

ENTREVISTADORA: Me parece que o senhor quis dizer o seguinte: ela tem que chegar naquela mesma meta do homem. Agora, não sei, só os especialistas podem dizer, se o treinamento é igual. Porque ela não é igual, então.

ENTREVISTADO 1: Não sei. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Pode ser que ela tenha que fazer mais esforço.

ENTREVISTADO 1: Talvez, dependendo, até mais esforço. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Aí é o contrário do que o senhor tá dizendo. Não seria igual, seria pior pra ela. O que é, na verdade, é um treinamento, pelo que entendi, a lógica dele... é um treinamento compensatório, pra pessoa ir além do normal, eu entendo.

Os entrevistados aí claramente se esquivam de admitir as implicações flexibilizadoras das premissas de que partem de corpos absolutamente distintos com desempenhos díspares, em termos de *performance* profissional, praticamente negando a possibilidade de que as mulheres possam atingir, enquanto indivíduos biológicos, diferenciados dos homens, quaisquer resultados otimizantes a partir de atividades físicas de natureza compensatória.

Em alguns casos, o enfoque determinista em relação ao desempenho físico é revisto também para os homens, considerados em suas especificidades e em sua pertença a uma geração não afeita à atividade física, em um discurso que rompe com as hierarquias estabelecidas entre homens, sempre capazes fisicamente, e mulheres sempre incapazes:

Mesmo os cadetes do segmento masculino não chegam aqui já aptos a atingir aquele índice. Um índice com base científica nas atividades de campo, nas atividades de educação física foi estabelecido um índice com critérios científicos. Mas a gente pega um jovem numa sociedade e que muitas vezes não tem costume de fazer barba, não tem costume de correr naquela intensidade que a gente corre aqui e, paulatinamente, eles vão sendo condicionados até atingir aquele índice. E a mesma coisa vai acontecer com as mulheres. Só precisa ter um estudo científico pra que a gente não possa tá cobrando demais algo impossível. E depois ter reflexos a longo prazo na saúde da combatente. (Oficial intermediário de Intendência)

Em alguns instrutores, existe a crença de que as mulheres possam executar as mesmas atividades físicas que os homens, o que inclui os exercícios de campanha, a partir de uma convicção em aspectos psicológicos específicos da mulher, como a força de vontade:

Eu acho que a mulher vez por outra ela é mais guerreira, ela quer mais, não abaixa por pouca coisa, eu tive a oportunidade lá em Livramento de também formar sargentos técnicas- temporárias. Elas ficavam no esquadrão quando nós fizemos o campo básico, e fizeram todas as atividades do campo básico e no retorno, é uma marcha um tanto quanto desgastante, foi uma semana inteira. (Oficial intermediário de Cavalaria).

Apesar deste ponto de vista, predomina o discurso que contesta a possibilidade de inserção da mulher no combate, com base numa compreensão da atividade militar que a reduz à forma do combate convencional. Esta contestação se centra, principalmente, na recusa de inserir a mulher nas chamadas armas de combate, a Infantaria e a Cavalaria:

Eu falo na Infantaria, porque o objetivo da Infantaria é o objetivo de combate, o corpo a corpo. O homem, por mais tecnologia que se tenha, vai ter que ter uma Infantaria, pra conquistar o terreno e conquistar o terreno é você entrar no combate de corpo a corpo. É a filosofia da Infantaria. É essência da Infantaria isso. Então se colocar uma mulher lá, você pode colocar uma mulher pra sair no jornal. Você vai colocar a mulher, porque a sociedade cobra. Você vai botar uma mulher porque, sei lá, mostra que o exército não é preconceituoso. Por qualquer coisa. Mas, taticamente, não é? É melhor você ter no combate um homem do que uma mulher. Uma questão fisiológica, não é porque a mulher é inferior. Questão fisiológica. Eu consigo levantar 50kg e uma mulher da minha estatura não vai conseguir levantar isso. (Oficial intermediário de Infantaria)

A colocação da sexualidade/gênero do feminino e do masculino em discurso na instituição militar se relaciona aqui estreitamente às estruturas de poder da instituição militar e do campo militar, que conferem capital simbólico maior, no dizer de Bourdieu, às duas armas de combate, Infantaria e Cavalaria, a que se segue a Artilharia, que conseguem atingir os mais altos postos de comando, a saber, de general de Brigada, Divisão e de Exército, sendo que as duas primeiras detêm o maior número de vagas. Nessa perspectiva, a posição hegemônica das armas de combate nos altos postos de comando determina a sua primazia na determinação dos rumos da instituição e das políticas da Força Terrestre, em detrimento dos quadros, armas e serviços de apoio, como Comunicações, Intendência e Material Bélico.

Nesse sentido, as interações e percepções, ou *habitus*, de gênero dos instrutores entrevistados manifestam o conflito, no campo militar, entre as armas, quadros e serviços da linha bélica em torno do exercício do poder efetivo e simbólico na instituição militar, que é inseparável “das localizações estratégicas, dos lugares a defender e conquistar em um campo de lutas.”<sup>115</sup>

Nessa arena de lutas, o modo de ser e de agir dos militares das armas de combate passa a ser considerada a instância mais essencial, a que define a

---

<sup>115</sup> BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social de julgamento. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 229.

instituição militar, ou seja, a atividade de educação física, o pentatlo militar, a marcha para o combate, o exercício de tiro e os exercícios no terreno são consideradas as atividades mais relevantes em detrimento das atividades de preparação técnico-doutrinária. Nessa perspectiva, as lutas simbólicas que se manifestam no interior da instituição militar se apresentam como uma disputa entre militares operacionais e militares técnicos ou burocratas, nos quais os sinais distintivos e superiores são invariavelmente aqueles que se relacionam com o combate e com um estilo de vida mais guerreiro e marcial, de um cotidiano marcado pelo adestramento e treinamento físico, atletismo e pela realização de cursos operacionais.

Essas atividades de preparação física e adestramento nas técnicas militares e nos exercícios de campanha são valorizadas e desenvolvidas nas escolas de preparação profissional, materializadas nas insígnias específicas destinadas aos egressos dos cursos (que funcionam como troféus) e em cerimônias extensas e pomposas de brevetação dos egressos, que funcionam como instâncias de validação e concessão deste capital simbólico.

Desse modo, existe a distribuição, alcançada pelo mérito pessoal, por meio da suportação do sofrimento pessoal, das privações e provações, de um maior capital simbólico aos cursos chamados operacionais, que desfrutam de uma grande mística, como o curso de Comandos<sup>116</sup> e Guerra nas Selvas<sup>117</sup>, que fabricam ativamente, como outros espaços educativos da instituição militar, um sistema de classificação que hierarquiza os militares entre técnicos e operacionais, que reproduzem as hierarquias que foram produzidas na própria instituição militar e na sua forma de gerir a guerra, estabelecendo estratificações que não são racionais, mas simbólicas, semi-inconscientes, “hierarquias que não são vivenciadas como puramente técnicas, portanto, parciais e unilaterais, mas como hierarquias totais, baseadas na natureza, levando, assim, a edificar o valor social com o “valor pessoal” e as dignidades escolares com a dignidade humana.”<sup>118</sup>

Aos egressos destes cursos operacionais, corresponde um determinado *habitus* e um estilo de vida, que funcionam como esquemas de percepção da

---

<sup>116</sup> O curso de Comandos consiste em

<sup>117</sup> O Curso de Guerra nas Selvas consiste em

<sup>118</sup> BOURDIEU, P. op. cit., p. 363.

realidade e que geram determinadas escolhas e ações, modos de ser, agir e pensar, além de um estilo de vida correspondente estruturado em conformidade com um campo militar cindido entre o polo técnico e o polo operacional, em que este é considerado superior e determinante da identidade da instituição militar.

Este *habitus*, que aparece na fala dos instrutores, que é formatado nas escolas militares, por meio de diversas práticas e discursos de socialização profissional, corresponde aos conflitos e clivagens do campo militar e de suas formas de ação militar, que discriminam o horizonte do pensar e do agir, e que repercute e reproduz ou inflete as estruturas de pensamento e de ação da instituição militar.

Nesse sentido, a fala destes instrutores, homens e oriundos da linha bélica das armas de combate – Infantaria, Cavalaria e Artilharia –, e especialidades correlatas, que dominam efetivamente a instituição militar, em detrimento dos quadros e serviços de apoio e suporte técnico, revela e produz efeitos em sua pretensão de domínio de uns sobre outros. Sendo assim, a opinião de gênero, manifestada no discurso dos instrutores como um tipo específico de opinião política, produz efeitos institucionais, pois não é

(...) um julgamento puro nem puramente informativo, capaz de se impor pela força intrínseca de sua verdade, mas uma ideia-força contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica.<sup>119</sup>

Embora urdidas no interior das instituições militares, estas opiniões de gênero externadas por estes instrutores vinculam-se, como não poderia deixar de ser, ao regime de gênero ainda vigente na sociedade brasileira, de raízes patriarcais.

Deste modo, as armas de combate corporificam um polo masculino enquanto se transfere para as armas, quadros e serviços de apoio o polo feminino, ao que seriam circunscritas as mulheres, em atividades técnicas, “feminilizadas”, marcadas pela primazia da atividade intelectual, de caráter técnico, enquanto as atividades do combate seriam marcadas pela primazia da atividade física, e do treinamento para o combate, eminentemente masculinos.

---

<sup>119</sup> BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social de julgamento. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 387.

Na verdade, essas opiniões de gênero enraízam-se também em códigos urdidos no interior da própria instituição militar, ao longo do tempo, difundidos por meio de processos seculares de socialização militar e que construíram, gradualmente, modelos diversos de virilidade, que convivem, ainda que de modo desencontrado, nas instituições de ensino militar, nos dias atuais, gerando eventuais conflitos, e, que, em determinados períodos históricos, extrapolaram para a sociedade civil, determinando o que os homens, em geral, deveriam ser, mesmo que não fossem militares.<sup>120</sup>

Assim sendo, desde a Antiguidade, foram desenvolvidos modelos bastante diferenciados de virilidade nas escolas militares, que incluíram o paradigma cavalheiresco, baseado na ostentação alimentar; na esbanjamento material; na esmero na equitação, considerada como uma “arte do amor”; e, no o emprego da força na lança e no ferro, passando por um modelo racional, mais técnico, centrado na contenção das pulsões, difundido após o século XVII, que enfatizava as técnicas de esgrima, em que os militares “liberaram a temeridade do registro do instinto para direcioná-lo para o registro do cálculo.”<sup>121</sup>

Mas o modelo que triunfou, cujos vestígios chegaram até nós e que reconhecemos nos discursos dos instrutores, nas entrelinhas ou de modo explícito, sendo utilizado como argumento para rejeitar a inserção das mulheres, foi estruturado ao longo do século XIX, quando a caserna se tornou um espaço exclusivamente masculino.

Esse modelo militar/viril foi associado aos mitos nacionalistas, urdidos numa época de despontamento e maturação dos Estados nacionais e de práticas imperialistas, a reboque de uma grande mobilização de recrutas, exprimindo os vetores principais da imagem de homem do século XIX, “que havia ligado de maneira cada vez mais estreita o referente viril ao *ethos* guerreiro das sociedades

<sup>120</sup> A masculinidade de que se fala consiste, na verdade, em virilidade, aqui depreendida como “princípios do comportamento e de ações, designando, no Ocidente (...) aquele que representa, da melhor maneira possível, ou maximente, o masculino.” A virilidade não é, portanto, uma qualidade invariável do sexo, mas um constructo cultural que atribui determinadas qualidades e que muda, em conformidade com o contexto. (VIGARELLO, G. **A virilidade, da Antiguidade à Modernidade**. In: HISTÓRIA DA VIRILIDADE: A INVENÇÃO DA VIRILIDADE DA ANTIGUIDADE ÀS LUZES. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 11).

<sup>121</sup> DRÉVILLON, H. **Do guerreiro ao militar**. In: VIGARELLO, G. **A VIRILIDADE, DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE**. In: HISTÓRIA DA VIRILIDADE: A INVENÇÃO DA VIRILIDADE DA ANTIGUIDADE ÀS LUZES. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 345.

ocidentais.”<sup>122</sup> Nesse modelo militar-viril, ainda difundido nas escolas militares hoje, embora atenuado e parcialmente recodificado, “a morte, o sacrifício e a pátria formavam agora uma tríade que permanecia como a primeira prova de virilidade.”<sup>123</sup>

No entanto, este modelo militar-viril, próprio do apogeu da guerra de 1ª geração, foi afetado duramente a partir da guerra de 2ª geração – a Primeira Guerra Mundial – que solapou o combatente viril, que combatia em pé, com uniformes chamativos, procurando valorizar o corpo masculino, ao som de fanfarras, uma vez que este não podia mais ficar de pé, de corpo ereto.<sup>124</sup>

A guerra do século XX, com a guerra da 4ª geração, como a do Vietnã, apenas com o intervalo da Segunda Guerra Mundial, um conflito “heroico”, em prol da liberdade, vai difundir mais este modelo do soldado sujeito aos ataques da mídia e da opinião pública e dos intelectuais pacifistas, impotente diante da situação, sem condições de se contrapor às circunstâncias, pela coragem, pela derrota por causa da Técnica e pela rarefação dos ideais e desvirilizado, isto é, um soldado que tem agora um corpo masculino mutilado, humilhado, profanado – reduzido em sua masculinidade:

O soldado moderno é um combatente humilhado – humilhado em seu corpo – e que confessou a sua humilhação: a visão dos músculos rasgados e dos cérebros espalhados sobre o chão nos deixava doentes, escreve, por exemplo, um antigo tenente dos marines, pouco tempo após a guerra do Vietnã, antes de acrescentar: “é o pavoroso constatar que o corpo humano, onde se vê o assento terrestre de uma alma imortal, que alimentamos, que cuidamos, que ornamos, com tanto zelo, não passa de um envelope frágil cheio de matérias repugnantes”. O corpo humano? O corpo masculino, o corpo do guerreiro: é antes assim que se deve compreender.<sup>125</sup>

Apesar do impacto da evolução da guerra e da crise da cultura, que derrubou as metanarrativas nacionalistas, o modelo militar-viril sobreviveu, materializando-se nos dispositivos de socialização militar do treinamento e do

<sup>122</sup> BERTAUD, J. P. **O Exército e o brevê da virilidade**. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **HISTÓRIA DA VIRILIDADE: O TRIUNFO DA VIRILIDADE, O SÉCULO XIX**. Petrópolis: Vozes, 2013, p.503.

<sup>123</sup> Ibid., p.504.

<sup>124</sup> “Ao tropismo do corpo ereto sucede aquele do corpo ‘reclinado’, não tendo os soldados outra solução diante do muro de metal criado pelo armamento moderno, se não se lançar ao chão e de aí se enroscar, durante horas, às vezes.” (Ibid., p.505).

<sup>125</sup> AUDAIN-ROUZEAU, S. **Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril?** In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **HISTÓRIA DA VIRILIDADE: A VIRILIDADE EM CRISE, SÉCULOS XX E XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 242.

adestramento militar, que ainda ensinam que o *habitus* viril se relaciona estreitamente com o exercício da resistência física e da força, que se opõem forçosamente às qualidades intelectuais, que não definem o guerreiro.<sup>126</sup>

A evolução do modelo militar-viril, que foi descrita, demonstra o quanto as propriedades corporais, a saber, o corpo adestrado do combatente, é inscrito num sistema de classificação de gênero que provém também do campo militar, recebendo “um valor proporcionado à posição de seus possuidores na estrutura da distribuição das propriedades fundamentais.”<sup>127</sup>

Nesta perspectiva, após quase cem anos de evolução dos sistemas de ensino militar, no Exército brasileiro, que vem substituindo o ideal do engenheiro e do bacharel pela figura do “tarimbeiro” ou combatente rústico, que emergiu após a Guerra do Paraguai, os atributos físicos mais valorizados são a capacidade física, a hígidez e a resistência, que são próprias das armas de combate. São elas que definem atualmente o ser militar.

Ou seja, as representações e práticas de gênero, que expressam o que é o feminino e o masculino no plano linguístico, relacionam-se estreitamente às outras dimensões de relação com o mundo, com os outros, com o próprio corpo e com uma forma específica de compreensão da atividade militar, destilada pelo campo militar na dinâmica das tensões e conflitos internos. Estas representações de gênero manifestam-se, então, na construção imaginária de um corpo militar caracterizado pela força e destreza, pela busca incansável de uma inviolabilidade em face da ameaça premente da morte, que é atribuída ao combatente, do qual a mulher é excluída. Deste modo, são também relativamente excluídas, junto com as mulheres, no plano simbólico, as armas, quadros e serviços de natureza técnica, de apoio, que são “inferiorizadas” e “feminilizadas”, em relação à atividade definidora do guerreiro.

A feminilização das categorias profissionais mais inferiorizadas em um determinado campo profissional é um fenômeno recorrente no mundo do trabalho

---

<sup>126</sup> “Lembremos aqui da dimensão fortemente sexuada da cerimônia de atribuição do diploma de paraquedista durante a guerra da Argélia. Ao primeiro comando – ‘de joelhos, as bichinhas!’ Sucedia-se, para aqueles que haviam alcançado o desafio, um ‘de pé, os homens!’ Que dispensa comentários.” (Ibid., p. 248).

civil, que se vincula, quanto acontece a inserção da mulher, à sua assimilação e encapsulamento nessas categorias profissionais ou em atividades que são compatíveis ou próprias dessas.

Neste sentido, percebe-se uma feminização do mercado de trabalho civil, que, de forma análoga ao que ocorreu nas instituições militares, represou a participação feminina em empregos com menor valorização e status, e em funções subalternas, “sendo majoritária em todos os setores de atividades cuja remuneração está estipulada em até dois salários mínimos e de modo inverso à medida que os valores vão se elevando”.<sup>128</sup>

Essa feminização do mercado de trabalho, que se concentra nos patamares inferiores da pirâmide ocupacional, fez-se acompanhar de uma irradiação de posturas profissionais “femininas” que extrapolaram, de algum modo, modos específicos de lide oriundos da vida privada. Desse modo, foi difundida uma construção discursiva da feminilidade através da postulação de uma atitude profissional própria do subalterno de “agradar”, “antecipar as demandas do chefe” e de “absorver frustrações”, consideradas como atributos essencialmente femininos, desenvolvidos especificamente por mulheres no âmbito da vida privada.

Esse fenômeno ocorreu, frequentemente, com a adesão das próprias mulheres, tanto em instituições militares quanto civis porque, “ao entrarem no reino público, as mulheres se viram em situação marginal às burocracias, dada a sua não familiaridade com relação à instrumentalidade dos modos de ação pública dominados pelos homens e sua adesão a valores expressivos colados à vivência de modos de agir derivados do reino do privado”.<sup>129</sup>

Essa resignificação dos cargos e funções pelas mulheres pode acarretar uma transformação da burocracia tradicional ao introduzir novas vozes e um novo registro de experiência e comportamento profissional, que dista do modelo masculino.

---

<sup>127</sup> BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social de julgamento. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 183.

<sup>128</sup> NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores associados, 2004, p. 71.

Nas instituições militares, a ressignificação feminina já ocorre, sendo percebida pelos homens, inclusive, e (re)construída em contato com as suas estruturas materiais, formais, legais e simbólicas, configurando-se continuamente e relançando identidades móveis profissionais em quadros, armas, serviços e especialidades profissionais.

Nessa perspectiva, deve-se perceber que as relações de poder existentes na própria instituição, com suas hierarquias e estratificações, entrelaçam-se às relações de gênero, que funcionam “não como importação de atributos (em termos de modo de ação e orientação distintiva), trazidos de fora para dentro das organizações, mas como relações corporificadas nas propriedades das organizações e atravessadas pelas lutas de poder.”<sup>130</sup>

Nesse sentido, convém considerar como foi realizada a constituição gradual da instituição militar como espaço político fraturado, ao longo do século XX, entre duas formas de poder, o polo técnico e o operacional, em que vingou a supremacia deste último, e que passou a assimilar o feminino e o masculino a estas clivagens de poder material e simbólico, de maneira que “o modo masculino e feminino então se opõem, com duas visões antagonistas de mundo, dois mundos, duas representações de excelência humana estão confinadas nesta matriz.”<sup>131</sup>

Esse modelo platônico invertido que opõem feminino e masculino, com base numa espécie de hierarquia de capacidades e faculdades, concedendo a superioridade às atividades físicas e a subalternidade institucional às atividades intelectuais intenta, na verdade, manter a hegemonia histórica das armas de combate, a que se junta a Artilharia, dominante desde o início da constituição do Exército Brasileiro, que se projetaram progressivamente no campo militar desde os Jovens Turcos, a reboque de uma concepção da instituição militar marcada pelo tarimbeirismo, em oposição à concepção bacharelesca, difundida após a Guerra do Paraguai e que se tornou marcante na Escola Militar da Praia Vermelha sob a influência de Benjamin Constant.

<sup>129</sup> PUPPIN, A. B.. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora do lugar:** um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EDUFF, 2001, p. 40.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>131</sup> BOURDIEU, P. **A distinção:** crítica social de julgamento. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 189.

Daqui se origina a platonismo invertido, quando se identifica a profissão militar estritamente à atividade física e ao treinamento para o combate, menosprezando e considerando nociva a formação intelectual das ciências humanas e seu estudo sistemático, como se fossem incompatíveis com a vocação militar enquanto homem de ação. Confrontam-se aqui, então, dois modelos antagônicos de soldado, a que se entrelaçam as representações de gênero, assimilando a mulher ao modelo negativo e inferior, isto é, ao soldado bacharel, que não é dignificado pela luta, pelo confronto físico, de “olhar no olho do inimigo”, embora este tipo de combate se faça cada vez mais raro atualmente, sendo substituído por formas tecnológicas, assépticas e mais distanciadas, como o uso de drones, ou pela predominância das atividades de negociação, como nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Nessa perspectiva, é negada às mulheres, então assimiladas como “técnicas” – o polo fraco do campo militar – as possibilidades da posse de bens culturais valorizados institucionalmente, a saber, o preparo físico adequado para o desempenho das atividades operacionais, pois a distribuição do bem cultural ameaçaria a distinção dos antigos detentores, por diminuir a sua raridade, uma vez que a simples translação da estrutura de distribuição, entre as classes, de um bem ou de uma prática, tem como resultado a diminuição de sua raridade e valor.

Por essa razão, em relação à proposta de um modelo de inserção da mulher na linha bélica, os instrutores propõem que deve ser realizada somente em armas, quadros e serviços de natureza técnica, sendo atribuídos aspectos negativos aos sistemas operacionais de apoio, onde mesmo o corpo masculino dos homens das Armas, quadros e serviços de Comunicações, Intendência e Material bélico, é negado, feminilizado e excluído da situação de combate:

ENTREVISTADO 1: Intendência e Material Bélico (...) essas atividades não exigem tanto o físico, né. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Acho que comunicações poderia ter entrado. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Comunicações poderia ter entrado junto. Mas o senhor sabe que esse povo vai à guerra junto com as armas de combate, né? Faz diferença mesmo? (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Nossa! Completamente. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 1: As funções são diferentes. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: As funções dentro do combate são completamente diferentes. (Oficial intermediário de Infantaria)

São admitidas, mais frequentemente, as mulheres nas armas, quadros e serviços de natureza técnica: “Na Infantaria não teria condições. A Cavalaria, com restrições. As outras quatro, poderia (Artilharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência).” (Oficial intermediário de Infantaria)

Outro entrevistado destaca que: “Tirando a Infantaria e a Cavalaria, ali que são atividades bem na linha de frente, as outras, eu acredito que poderiam entrar em todas as áreas.” (Oficial subalterno de Intendência). E mesmo assim, postula-se sempre o retardo do processo de inserção da mulher e limitações quanto à amplitude da inserção: “Eu acho que [o processo de inserção] tem que ser gradativo.” (Oficial intermediário de Infantaria)

Apesar da maioria dos instrutores rejeitarem a inserção plena da mulher em todos os quadros, armas e serviços, há quem afirme o contrário:

Tudo depende da adequação. Até dá pra entrar, no caso de todas as outras armas, daria tranquilamente. Porque a atividade talvez venha a ser compatível com o que pode, então poderia tratar tudo de uma vez, adequando todas as instalações, preparando tudo, o quadro de instrutores... Não vejo problema nenhum. (Oficial intermediário de Intendência)

Nessa perspectiva, há alguns que aceitam o exercício da chefia e liderança pelas mulheres em atividades operacionais, fato que se baseia em um discurso racional-legal que abstrai os aspectos singulares das pessoas:

Eu acho que não existe você ser comandado por uma mulher. Você é comandado pelo seu superior, por um major ou por um coronel, independente do gênero (...) você é comandado pela patente, ao mesmo tempo, que você presta continência ao posto e não a pessoa, seja homem, mulher, homossexual, transexual ou seja lá qual for a opção sexual que cada pessoa tem, se ela tem uma postura profissional no momento que ela entra no trabalho acabou o seu gênero ou sua opção sexual. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Apesar deste ponto de vista, os instrutores aceitam mais facilmente o exercício da autoridade de chefia e liderança quando fundamentada no conhecimento técnico, próprio do trabalho administrativo, relutando em aceitar a chefia/liderança relacionada à atividade operacional, um aspecto que se torna problemático na aceitação da inserção das mulheres na linha bélica:

A situação nossa aqui, o nosso comando, digamos assim, capitão aperfeiçoado já, a gente já tá quase saindo major, é mais uma questão gerencial. Então a situação do comando de uma mulher, ela é um comando administrativo, é fácil de assimilar dependendo da competente que a gente estiver comandando. (Oficial intermediário de Infantaria)

Na situação da mulher, o que seria uma situação de comando, combatente, comandando soldados aí envolve outras coisas que aí, com certeza, eu imagino que vá dar diferença entre homem e mulher, uma diferença cultural que daí não é do exército, né. É do brasileiro. (Oficial intermediário de Infantaria)

A gente trabalha, por exemplo, com um poder de referência, que é o exemplo. A mulher ela vai conseguir em todas as atividades peculiares da vida militar de Infantaria dar o exemplo pro soldado pra ter base de poder de referência? Exatamente. Então têm algumas limitações que ela teria pra exercício no efetivo com homens numa situação de combate. Que não é uma situação agora nossa, já velho, que é uma coisa mais administrativa mesmo, somos combatentes, que não existe, né. (Oficial intermediário de Infantaria)

A razão da aceitação do comando no nível técnico se deve ao fato de que aqui não existe um comando de fato, mas apenas de direito, pois não é a atividade técnica que define a essência da identidade militar, mas a ação operacional cujo comando é valorizado de modo superlativo, imbuído, na verdade, de uma espécie de mística:

O comandante é a representação máxima e absoluta da hierarquia e do prestígio militar. Nele converge toda a força que estrutura e organiza a Unidade. A hierarquia existente e manifestada nas relações de todos os militares entre si encontra seu respaldo e sua legitimidade na figura do comandante. Figura única e isolada que não se insere ou participa de nenhum contexto por estar posicionada sobre a totalidade das relações, controlando-as, se não pessoalmente, por sua vontade abstrata, sempre presente, lembrada e alegada em todos os contextos.<sup>132</sup>

Nessa perspectiva, a vida cotidiana da caserna se organiza em torno de rituais de que participam os militares, mesmo rotineiros e sem pompa, que servem para celebrar regularmente a autoridade do comandante, como os encontros diários na chamada “roda de oficiais”, em meia lua, que são acontecimentos sociais em que tudo converge em direção à figura do comandante, que norteia e regula concepções e ações e sentimentos dos subordinados, a despeito da sua própria vontade, uma vez que todos agem em conformidade tácita com ele,

---

<sup>132</sup> SANTOS, E. A. **O carisma do comandante**: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais/Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2012.

“alinhando-se com o mais antigo”, consubstanciando-se como um tipo de exercício do poder, que funciona, na verdade, como uma figura carismática.<sup>133</sup>

Em razão da mística do comando, os instrutores, em sua maioria, relutam em atribuir a chefia propriamente militar a uma mulher, vinculada ainda a papéis sexuais tradicionais mais ligados à vida privada, como mãe, parceira sexual, esposa e cuidadora.

Também por esta razão, as próprias mulheres evitem assumir as responsabilidades e atribuições do comando em atividades militares:

Teve missões que eu fui que tinha uma capitão, era até uma missão mesmo operacional, que ela tava lá nessa parte de ASSIS, ela era chefe. E não teve problema nenhum. Já tive também problemas. Que era uma tenente, como eu era, também, tenente, como eu era o mais antigo, mas ela não queria assumir a função de comando, acabava que eu assumia. Ela não queria assumir porque “ah, não sou capaz.” “ah não sei, vocês que são de carreira, é melhor vocês...” e eu acabava assumindo. (Oficial intermediário de Intendência).

As restrições e ceticismo em relação ao exercício do comando de mulheres em atividades militares são atenuados quando existe um parentesco da mulher com um militar da linha bélica, que, de certa forma, “masculiniza” a mulher, por coparticipação em qualidades afins ao universo militar que o homem militar teria, e que seriam vedadas às mulheres, sem a possibilidade de iniciação por um parente militar: “Até porque o parentesco dela... Ela era esposa de um ex-militar, então ele passava orientações, então ela sabia se portar de uma maneira correta para esse tipo de situação.” (Oficial intermediário de Intendência).

Nesse sentido, torna-se preferível aceitar um homem inapto a apresentar o poder de referência das armas de combate por uma incapacidade física ou por aspectos comportamentais do que aceitar uma mulher com desempenho físico excepcional, que deveria, em tese, “emancipá-la da sua condição de mulher”, infensa à atividade militar propriamente dita, como se percebe claramente no excerto abaixo:

ENTREVISTADORA: Quando a gente vê um homem gordo pra caramba na Infantaria, é ruim (...) Ele não consegue comandar o pelotão dele.

<sup>133</sup>“Carisma” é a convicção coletiva em um atributo pessoal extraordinário de uma pessoa ou um conjunto de pessoas, vinculada a um conjunto de qualidades morais, intelectuais e/ou físicas que pode se manifestar em heróis de guerra, líderes políticos ou religiosos (WEBER, 2000, v. 1, p. 158-159).

ENTREVISTADO 1: Tem gordo que consegue comandar. .(Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Tem gordo e tem gordo, né. A verdade é essa.

ENTREVISTADO 2: Também tem magro que não comanda. Tem algumas limitações de comando... .(Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Por exemplo, o cara gago. O cara gago é brabo.

ENTREVISTADO 1: Tem mais dificuldade. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Se você tem uma formatura todo dia e você tem que ouvir todo dia os avisos de um comandante de companhia gago. Ele pode conseguir comandar? Pode, se ele tiver outras coisas que compensem essa limitação, mas é difícil. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Aí nesse caso funciona como limitações tão ou mais graves do que o gênero, né. O cara gago, o cara gordo...

Entrevistado 1: É, é uma questão de atividade, realmente. .(Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Uma atleta olímpica, ela consegue fazer qualquer coisa na Infantaria. Uma mulher, uma atleta olímpica...uma mulher dessa não tem nem menstruação.

ENTREVISTADO 1: Uma atleta olímpica, na Infantaria, ela poderia até correr mais do que eu. Ela poderia até atirar melhor do que eu. Mas, no combate, nós somos levados a situações em que o fato dela ser mulher vai causar um prejuízo muito grande. Quer dizer... Guerra na selva. Pô, na guerra na selva, nós estamos em ambiente úmido, molhado, o tempo todo. Dependendo da situação, você não vai tomar banho, não vai trocar de roupa. .(Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Ou seja, infecção urinária.

Este aspecto final, relacionado a fisiologia, sugere que o cerne da compreensão do feminino e das restrições estabelecidas à sua inserção na carreira militar repousa no endosso de um tipo específico de discurso médico pelos instrutores, como já vimos.

Há ainda aspectos propriamente militares envolvidos na questão de gênero nas Forças Armadas. A construção de um discurso sobre a mulher no âmbito de um saber médico e sua assimilação às armas, quadros e serviços técnicos, menos valorizados na instituição militar, que desfrutam de menor poder simbólico, manifesta ainda a face preocupante de um arcaísmo doutrinário que se recusa a pensar o exército no âmbito das novas hipóteses de emprego e do avanço tecnológico atual. Neste caso, o regime de gêneros se entrelaça a uma compreensão da atividade militar redutora e anacrônica, e numa recusa inconsciente de aceitação das novas hipóteses de emprego que definem melhor a

instituição militar no mundo contemporâneo, quando as nivela e equipara ao combate convencional:

E a questão das missões de paz, os locais que têm missão de paz são muito precários. Então, a gente falar de Haiti hoje, tá acabando a missão de paz. Se for pegar os primeiros contingentes, até o sexto contingente, que foi ali com o marco do “final da violência”, era uma situação que a gente vê que não tem nada a ver com o que a gente vê hoje. Os primeiros contingentes eram corpos na rua, porcos comendo corpos na rua. (...) Aí quando chega no sétimo e oitavo contingente, isso já não é mais fator de estresse. Na verdade, porque não existe mais. Então missão de paz não é tranquilo. (Oficial intermediário de Infantaria).

Acontece o mesmo com as operações de segurança pública, que se aproximam de outra hipótese de emprego atual, as operações de GLO, que são avaliadas à luz do combate convencional, sendo reduzidas e igualadas a ele, e, que continua como a referência para a atividade militar apesar da última guerra convencional em que atuou o Exército Brasileiro ter acontecido há 60 anos, a Segunda Guerra Mundial:

Mas a questão policial é menos problemática que o combate. Questão policial é muito menos problemática, porque ela tem um turno de trabalho e o combate é contínuo, indeterminado. Se você acionar ela e ela tiver com alguma coisa, ela não vai. Simplesmente, não vai. É tranquilo isso. Substituo ela. No combate, não, vai tá isolado. É tranquilo. Policial é tranquilo. Agora, no combate, não (...). Pode ter mulher no BOPE, ela pode ser uma sniper, ela pode ser campeã no mundial olímpica. Ela vai acertar o tiro, ela vai conseguir calcular toda parte técnica. Ela pode até ser, mas é uma função limitada. Pode. Ela pode atirar melhor que qualquer atirador de sniper do mundo. Fica complicado. (Oficial intermediário de Infantaria)

O obsoletismo doutrinário como óbice à difusão de uma atitude mais favorável à inserção plena da mulher na linha bélica não é exclusivo da Força Terrestre, reproduzindo aspectos típicos do processo de inserção da mulher nas polícias militares, onde se verifica que a rejeição à inserção da mulher é associada à defesa acrílica e equivocada de uma forma de atuação policial que tem sido contestada atualmente no contexto do Estado democrático de Direito, em que a polícia é instada a realizar algo mais do que simples ações repressivas, desvencilhando-se das marcas e estratégias de atuação do Exército que a formataram nas últimas décadas:

Aqui, prevalece ainda a cultura policial tradicional, de viés bélico, com foco quase exclusivo na ação reativa e repressiva, com baixíssimo investimento em inteligência, pouco ou nenhum treinamento dos agentes do ponto de vista das técnicas de mediação de conflitos, pouca ou nenhuma ênfase no uso comedido da força e de autoridade, pouca ou nenhuma preocupação com a legalidade e a legitimidade do trabalho da polícia. Neste contexto, as atividades cotidianas de preservação da ordem pública, embora ocupem grande parte do tempo e dos

recursos da polícia militar, não gozam do mesmo status que as ações repressivas, sendo muito pouco valorizadas, inclusive para efeito de avaliação de desempenho dos batalhões e dos policiais individualmente.<sup>134</sup>

E essa rejeição da inserção da mulher nas atividades de policiamento de rua pode ter sido favorecida pelo próprio modelo de inserção feminina que foi implementado nas polícias militares do País, que foi gradual e em pequena escala (como está sendo o do Exército) e que começou inserindo as mulheres nas atividades preventivas, que não definiam, na época, como não definem hoje, a essência da identidade policial, pois são caracterizadas pelo caráter educativo e pelas estratégias de negociação e persuasão.

Desta forma, as mulheres, desde o início, teriam desempenhado cargos e funções relacionados ao policiamento de trânsito e policiamento ostensivo de terminais marítimos, rodoviários, ferroviários e aeroviários, sendo canalizadas, em sua maioria, com o tempo, para atividades burocráticas:

O espaço que se reservou originalmente às mulheres em grande parte dos estados foi o desempenho de funções condizentes com a imagem social tradicional do papel feminino, ao abrigo de riscos maiores e longe das atividades associadas à “guerra”, cuidar dos idosos e crianças, revistar mulheres, patrulhar aeroportos e rodoviárias, atuar em serviços de relações públicas, e, quando muito, apoiar o policiamento masculino em grandes eventos como jogos, festivais, etc. Elas operariam essencialmente no contato da PM com a população, representando uma polícia mais sociável, dócil, humana e amigável.<sup>135</sup>

Na verdade, embora desvalorizadas, as atividades desempenhadas pelas mulheres consubstanciam-se como as formas de atuação policial consideradas mais adequadas e atuais da polícia cidadã, que ultrapassam o modelo punitivo e coercitivo da polícia, inadequado para lidar com os problemas sociais mais recorrentes nos conturbados espaços urbanos. Esse modelo da polícia cidadã, “feminino”, seria contraposto a um modelo masculino, muito mais forte, em termos identitários:

Apesar de formalmente assentada na missão de “proteger e servir”, o que se privilegia na identidade policial militar são, sobretudo, as virtudes “másculas” e “guerreiras”: “bravura”, “heroísmo”, força física, aptidão para o risco – virtudes de que as mulheres estariam, por hipóteses, desprovidas. O “verdadeiro policial” é aquele empenhado no enfrentamento do “inimigo”. É aí que se expressa a essência idealizada da profissão de polícia, de uma polícia que subverte sua

<sup>134</sup> SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais**: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 82.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 96.

missão básica de promover a paz e preservar a ordem pública, encontrando na guerra a fonte de seus valores identitários.<sup>136</sup>

Nessa perspectiva, a entrada das mulheres não se fez acompanhar, e, teria sido, talvez, dificultada pelo obsoletismo doutrinário da corporação policial:

O ingresso das mulheres, vale insistir, não foi acompanhado de nenhuma mudança substancial neste conceito de policiamento ou nas noções dominantes sobre o papel das polícias na previsão de segurança pública. E é justamente a permanência deste modelo um dos grandes obstáculos à incorporação mais efetiva das policiais femininas e ao aproveitamento das vantagens que sua presença poderia trazer para a modernização dos serviços de policiamento, entre outras razões, como veremos, porque ele sanciona os valores machistas tradicionalmente inscritos na cultura profissional.<sup>137</sup>

Nessa perspectiva, devido ao obsoletismo doutrinário, foi encontrada, na polícia militar e na percepção dos militares, uma polarização considerável entre a perícia e a atividade burocrática das delegacias, considerada intelectual e feminina, próxima da “esfera privada”, da casa, no dizer de Roberto da Matta<sup>138</sup>, e a “esfera pública”, da rua, considerada como um espaço de impessoalidade e de violência (“a rua”), majoritariamente masculino.

Essas percepções teriam sido construídas ao longo do processo de inserção das mulheres nas polícias, em que teriam sido canalizadas de modo mais significativo para as atividades internas. A este respeito, é preciso ressaltar que,

(...) a cultura policial tem por imperativo a masculinidade hegemônica cujo símbolo mais representativo seria a arma, e consoante com esse símbolo tem-se como valores a serem defendidos a performance física, o orgulho, a rivalidade, a bravura e a virilidade. As premiações só reforçam as atuações que envolvem risco e perigo, auxiliando na internalização do *ethos* policial.<sup>139</sup>

Nesse sentido, o exército brasileiro reproduz o mesmo modelo de inserção da mulher da polícia militar, aferrando-se a formas mais datadas de atuação militar, da guerra convencional, represando as mulheres nas atividades técnicas, do suporte ao combate e à logística, que, à semelhança das ações preventivas, próprias do universo policial, diferenciam-se muito das ações militares caracterizadas pela força física, truculência e extremo risco de vida, que são

<sup>136</sup> Ibid., p. 87.

<sup>137</sup> Ibid., p. 83.

<sup>138</sup> DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

tradicionalmente associadas ao modelo repressivo policial e ao combate em formação cerrada e em corpo a corpo, da guerra convencional.

Esse aferramento à guerra convencional por parte do Exército Brasileiro deve-se, parcialmente, à ausência de guerra nos últimos 60 anos e à manutenção de um material de emprego militar relativamente obsoleto, com pouco valor tecnológico agregado. Esses aspectos tornam a força terrestre refém de um processo de burocratização egocêntrico e, até mesmo, autista, desvinculado da atividade-fim, mantendo modelos datados de adestramento militar centrados na repetição de técnicas e no uso de mecanismos de punição e recompensa, gestados na primeira e na segunda geração de guerras, mais infensos à participação feminina e de onde, tradicionalmente, elas estiveram ausentes.

Esses vetores que interferem diretamente na construção da cultura organizacional do exército brasileiro, a saber, os equipamentos militares, a burocratização e a ausência de guerras, funcionam como fatores impeditivos a introduzir, na vida cotidiana destes militares, outra forma de pensar e realizar a guerra. De fato, tais vetores estruturam uma cultura militar hegemônica no corpo de tropa uma vez que as novas hipóteses de emprego, relacionadas à não guerra e à guerra não convencional, impactam, atualmente, contingentes ainda muito restritos da Força Terrestre, não sendo suficientes para gerar um arejamento doutrinário no que concerne à compreensão da instituição militar e de sua missão constitucional no mundo contemporâneo.

Curiosamente, esse descompasso entre o cotidiano, o modelo de adestramento e as formas contemporâneas de fazer a guerra é denunciado por um instrutor, na contramão de todos os outros, a propósito do TFM:

Então, a gente está falando sobre combate, a gente tá falando de quinta geração, terceira e quarta geração de combate.... A primeira pergunta: o TAF que a gente faz hoje está adequado às necessidades que a gente tem para o conflito moderno? Não. Qual a necessidade de um cadete tem de correr 5 mil pra dezenove e quarenta? A partir do momento em que você readequar o TAF para a realidade do combate, do combate que a gente vive hoje, não do que a gente pensa, você começa a perceber como você deve mensurar o TAF, e aí você entende por que organicamente homens e mulheres são diferentes e ponto. Isso não sou eu, é a ciência quem diz, organicamente. Não precisa nem ter a ciência pra entender isso,

<sup>139</sup> CAVEDON, N. R. **Gênero, trabalho e morte violenta**. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (ORGS). **DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO**. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 156.

mas questão é: a partir do momento em que você se readequa ao TAF, você pode criar um padrão mínimo em que o oficial, independente de homem ou mulher, vai atingir (...). Você separa um cara em excelente em MPPER e sempre que você precisar de uma valência mínima, pra garantir a capacidade desse cara no combate, lembrando que a tabela do TAF foi criada raciocinando com a velocidade que um oficial precisa atingir do taque até a linha de assalto, e que a partir disso, você chegar à conclusão que o general não vai fazer mais isso a pé (Oficial intermediário de Cavalaria)

Na fala surpreendente deste instrutor, que antecipa lucidamente algumas conclusões deste trabalho, a tendência generalizada dos militares de defender a equiparação dos índices do TAF para homens e mulheres provém, também, de uma injunção própria do sistema de ensino militar, a saber, a classificação dos alunos por mérito, um aspecto que corresponde às demandas do sistema de pessoal, que desempenha papel fundamental na movimentação dos militares após a conclusão dos cursos de preparação militar:

Você jogava as mulheres na curva de Gauss e prosseguia na curva de Gauss, que não estava correta dentro do universo de mulheres (...), então naturalmente a nota do TAF passou a influenciar a classificação no final, e, então, a questão é se nós temos uma variante que é a questão orgânica do corpo do homem e da mulher a qual a gente não pode mudar, não pode fazer homens e mulheres terem a mesma composição orgânica, não que não tenha muitas mulheres que atingem um índice melhor que o homem, mas organicamente elas são diferentes (...). A gente não vai mexer no corpo (...). Na minha opinião pessoal, é desatrelar a questão do TAF de você necessariamente precisar dizer que Fulana é E (excelente) que Beltrana é MB (muito bom) ou a Fulana é R (regular), e sim você colocar pra seguir um padrão mínimo uma vez que ele é atingido. Lógico, o padrão mínimo tem que ser repensado de maneira que você tem homens e mulheres com capacidade de atingir esse padrão mínimo, seja um padrão suficiente para ela em função dela, das suas atividades operacionais. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Este depoimento revelador demonstra o quanto os dispositivos institucionais de gênero nas instituições militares são permeados por estruturas de cunho administrativo, econômico e cultural que as influenciam e modelam, estabelecendo limitações e apropriações específicas das demandas por inserção da mulher que vêm da sociedade brasileira e do Estado.

No caso, o obsolescimento doutrinário, vinculado às formas usuais de emprego militar e as exigências do setor de pessoal, que são refletidas no sistema de ensino, favoreceram um tratamento entre homens e mulheres que subordina estas a padrões unívocos e masculinizantes, o que sugere que os processos de inserção da mulher dependem de alterações no nível administrativo e normativo,

ao mesmo tempo em que precisam de uma mudança nas mentalidades e atitudes, como instâncias que, na verdade, são integradas e não estanques.

#### 4.5.

#### **A intensificação do corpo, o represamento do feminino e a estruturação do espaço militar**

O levantamento de óbices à inserção das mulheres na instituição militar ocorre a reboque de um processo que investe o corpo feminino de pulsões, que engendra mecanismos de repressão, que, por sua vez, promovem, paradoxalmente a “intensificação do corpo, de uma problematização de saúde e de suas condições de funcionamento.”<sup>140</sup> O resultado disso termina sendo a constituição de um corpo militar de um exército cada vez mais másculo, porque funciona sob a sombra ameaçadora de um corpo feminino que nele se insere sub-repticiamente e a contragosto, por meio das injunções de um controle civil que ainda não é bem aceito.

Nesta perspectiva, as mulheres são percebidas como uma presença veladamente ameaçadora, de uma alteridade que instiga a desordem, a anarquia e o caos, que rondam sorratamente a instituição militar, que se repousa no *ethos* organizador, falocêntrico e de mônadas, sempre iguais reunidas no cumprimento da missão, equalizadas e niveladas por dispositivos institucionais que perseguem continuamente a eliminação das diferenças entre os indivíduos, fato que podemos chamar de um *ethos* da ordem unida, que visa a produzir blocos maciços e homogêneos de homens agindo em uníssono, a comando.

Sendo assim, a inserção da mulher difunde os espectros que constantemente assombram um exército sem guerras há mais de meio século, no risco pressentido da desmobilização permanente, “curto-circuitando” a capacidade operacional e o moral da tropa, o que se manifesta no temor recorrente da paisanização e, por que não dizer, da feminilização da tropa.

A referência à feminilidade, no contexto da intensificação do corpo, faz-se acompanhar também por uma preocupação com o esquadrinhamento dos espaços

arquitetônicos da instituição militar, obedecendo a um regime de sexualidade mais amplo que distingue, separa e especifica quando, como e onde a sexualidade deve operar, de modo que levanta o problema da logística como óbice à inserção da mulher, pela necessidade de ter espaços institucionais distintos, onde ficariam represadas as diferenças. Esses espaços femininos se configuram como dispositivos arquitetônicos que isolam a mulher dos homens, em espaços tornados “tabu” marcados pelo interdito, no âmbito da organização militar, que são os alojamentos e banheiros: “Como é que vai ser logística dela? Outro problema, também. O homem... a mulher... tudo separado.” (Oficial intermediário de Infantaria)

A fala desse instrutor expressa ainda, apesar do temor e rejeição à mulher, uma experiência inconfessa de prazer e fascinação pela alteridade absoluta de um duplo masculino revestido da aura de “senhor da guerra”. Nessa perspectiva, a expressão recorrente do interdito da presença feminina no combate, percebido como um *locus* de homens, e somente de homens, por um determinismo incoercível da natureza, encobre a obsessão permanente pelo feminino, depreendido como polo passivo e minoritário, mas onipresente, como contrapartida e efeito-instrumento do poder masculino.

Em um depoimento apenas, o que revela o quanto tal ponto de vista é minoritário, contesta-se o represamento do feminino, defendendo-se instalações unissex, a partir de uma mudança cultural que tem que ser forçada no Exército e na sociedade brasileira como um todo:

Todo mundo se dá ao respeito no seguinte sentido: eu não fico pelado dentro do banheiro, tiro minha roupa dentro do box, entro no box, tomo meu banho, depois boto minha roupa e saio do mesmo jeito que a tenente, de maiô por baixo e tomava o banho dela, e acabou, Mais aí é uma questão cultural, esse paradigma a gente tem que quebrar, não é? Dentro do exército, está sendo quebrado, como a gente já conversou até agora, já melhorou muito, mas ainda tem muito o que melhorar, que isso é um problema até mais social...(Oficial intermediário de Cavalaria)

O mesmo instrutor, a propósito do combate propriamente dito, contesta um dos principais receios reportados pelos militares, o da comunhão física com as mulheres, pelas condições mesmas em que se desenrola o combate:

---

<sup>140</sup> FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 134.

“A mulher não pode ficar na toca com o homem...” Bobagem! Primeiro, porque, no conflito moderno, a última guerra que se lutou em toca que foi travada foi a guerra do Iraque... E mesmo assim, foi por causa da logística, o avanço da tropa foi muito rápido e a logística não conseguiu acompanhar e os caras chegaram na frente e a logística ficou pra trás (...) como é que vamos botar um homem e uma mulher dentro de uma toca? (...) vai botar um rádio operador e um tenente e acabou. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Essa obsessão de represar o feminino em termos de distribuição e ocupação própria do espaço militar enseja que se considere necessário que o comando de um grupamento feminino seja exercido por uma mulher ou que seja, pelo menos, assessorado por uma, que deve servir como mediadora:

Tem que ser uma mulher. É o contato direto e a proximidade. A tenente tem uma grande proximidade com seus cadetes. A questão ali de problemas pessoais que o cadete leva pro tenente... e a mulher também teria que ter ali a tenente pra ter esse vínculo muito próximo de confiança, também, e de exemplo. (Oficial subalterno de Intendência)

Acho que não precisa, assim, inicialmente, que tenha uma comandante de companhia feminino, mas é importante que tenham oficiais do segmento feminino acompanhando a formação, como instrutoras ali ou como monitoras. Porque vão ocorrer determinadas situação que vão precisar de uma oficial feminina ali, próxima dela. Assim como tem um tenente comandante de pelotão que a gente fica próximo do cadete ali o tempo todo, a gente sabe tudo que tá acontecendo na vida dele, fica fazendo acompanhamento diariamente. (Oficial intermediário de Intendência).

#### 4.6.

#### **Mulheres e homens militares: o *ethos* igualitário e a convicção em universais psicológicos**

Manifesta-se, entre os instrutores, frequentemente, a defesa de um *ethos* igualitário, próprio de um discurso de matiz iluminista, que considera homens e mulheres como sujeitos jurídicos, portadores de direitos e deveres, e, que se desdobra no Exército na reivindicação constante de que homens e mulheres sejam cobrados de modo idêntico, no cumprimento de suas obrigações militares:

Agora no ponto nosso que eu acho, o Exército tem que se colocar em entendimento que, nós somos combatentes por origem, que quando eu dou instrução para ele, é soldado, e todo mundo tem que ser apto como combatente. Eu já tive algumas mulheres que se destacavam mais que os homens, por que elas pediam para ser tratadas iguais, tanto que na marcha, a maioria não ia e ela se aproveitava e ia, dizia, “eu quero fazer”. (Oficial intermediário de Material Bélico)

Eu já trabalhei com uma médica que era superior a mim e já saí em patrulha com ela no Haiti e eu tiro o chapéu por que ela é completamente atípica. Eu brincava

com ela que ela era mais homem que muitos. Ela cobrava do soldado como eu cobrava. No terremoto, quando caiu, ela entrou e disse: “Alguém quer entrar comigo?” Ela foi a primeira a entrar e resgatou nove crianças. Ela foi a primeira a chegar com um fuzil nas costas. (Oficial superior de Material Bélico)

Quanto à postura militar, não são constatadas muitas diferenças entre homens e mulheres militares:

Como tem homens que têm uma postura muito boa e conseguem se comportar bem em qualquer ocasião, conseguem identificar como têm que se comportar em cada ambiente, têm mulheres que também têm essa verdade e têm outras que não, não sabem diferenciar as coisas, então... Acho que a diferença é da pessoa, realmente. A questão de gênero, eu não vejo diferença nenhuma, não. (Oficial intermediário de Infantaria)

Esse discurso aparentemente favorável ao profissionalismo feminino no desempenho de atividades militares é atenuado pela constatação, por parte dos instrutores, da utilização, pelas próprias mulheres, do fator de gênero para escamotear ou aligeirar obrigações propriamente militares. Nesse caso, evidencia-se um aferramento dos instrutores ao *ethos* racional-legal e jurídico da isonomia, que exige um tratamento igualitário de homens e mulheres no cumprimento das obrigações militares:

Então, já vi muito isso. Pessoal que se mostra incapaz, se diz incapaz, justamente para não pegar a missão. E fica se esquivando por ser segmento feminino ou por não ser daquela área de atuação (...). Pelo fato de nessa hora querer mostrar aquela figura do sexo frágil, de não ter sido formada pra isso, por que não passaram pela academia, que já tá acostumada a ralar e tá naquela situação ali. E em situações comuns, com os próprios serviços de escala. (Oficial subalterno de Intendência)

Essa crítica à postura militar feminina se manifesta mais em relação ao militar temporário do que aos militares de carreira e atinge especificamente as mulheres, que utilizam claramente o argumento do “sexo frágil”, relativizando a convicção de muitos, assentada em concepções feministas, de que a cobrança de manutenção dos papéis sexuais patriarcais é exercido sempre pelo polo dominador, o masculino. Neste caso, são os homens que protestam contra a invocação do “sexo frágil”:

A parte de temporárias tinha uma maior deficiência (...). Porque sabe que o tempo dela é limitado, faz parte a técnica dela lá, mas se esquia muito da parte militar. (Oficial subalterno de Intendência)

Mas o homem (temporário) não tem a figura do sexo frágil pra colocar esse algo a mais. Também vai arranjar desculpas pra não cumprir a missão. É problema

particular, rola uma faculdade, mas ele não tem essa... Mas ele não tem essa desculpa. (Oficial intermediário de Intendência)

Apesar da postura feminina de se evadir das obrigações militares, constata-se que a instituição militar fez valer procedimentos punitivos extremos, como teria feito se se tratasse de um homem, o que foi apoiado pelos instrutores:

Mas no lado feminino tem essa desvantagem de ser utilizar do “Não, o sexo frágil.” A figura de “não tive formação pra isso”. (...) Tanto que teve uma figura de uma sargenta que, inclusive, teve um problema sério lá nessa parte de enquadramento (...). Teve uma situação com um general que o comandante da brigada e que ela acabou sendo presa. Depois foi, tomou outra punição e foi excluída via disciplina (...). É difícil, tem essa parte difícil de entender que ela também é militar. Ela é técnica, mas também tem a parte militar. Tem que tirar serviço, então sempre que pudesse fazer... Era sargento, não queria concorrer na escala de comandante de guarda, “não, eu sou sargento, mas eu não sou de carreira.” então tinha uma série de dificuldades que a gente tinha lá. (Oficial intermediário de Intendência).

Mas, em geral, os instrutores reconheceram a predominância de padrões disciplinares distintos destinados a homens e mulheres ao arripio do *ethos* igualitário e racional-legal, que é defendido em relação ao cumprimento das obrigações militares: “Existem alguns militares que ainda têm receio de chegar e chamar atenção de uma maneira rígida, fala mais ou menos mais tranquilo do que falaria com um homem, de uma maneira mais ríspida. Então, ainda há essa diferenciação, ainda.” (Oficial Intermediário de Intendência)

Em alguns militares com experiência profissional em outros países, existe o reconhecimento de que esse padrão de tratamento com as mulheres é próprio da cultura luso-brasileira:

Não adianta isso, é a nossa natureza, a natureza do latino, eu digo isso porque eu vi lá quando eu tava. Lá fora, entendem realmente os homens e mulheres de maneira diferente, não tô dizendo que lá fora seja certo. Por exemplo, lá no Canadá não se segura a porta pra mulher, se ela vem depois de você, não é falta de educação, é porque existe um entendimento de que a partir do momento em que o homem toma esse tipo de postura, ele tá de alguma maneira querendo subjugar a mulher, dizendo que ela precisa dele e a mulher também não gosta que se segure a porta pra ela porque ela não quer precisar do homem, mas isso é uma coisa cultural. (Oficial intermediário de Cavalaria).

No Exército, o homem não sabe lidar com a mulher, não sabe, ele fala de outra maneira (...) o certo seria você lidar com ele e ela da mesma maneira, a gente não tem isto aqui dentro, é cultural, o tratamento é diferente nestes últimos 11 anos, eu chego para o coronel: “Porra, tem que fazer isto!” Quando é com mulher é: “Oi, Fulana, como você está?” (Oficial superior de Material Bélico)

A atitude crítica em relação a um tratamento não isonômico de homens e mulheres se estende à atuação profissional destas no contexto do exército de paz e da atividade militar de rotina, que se baseiam na tiragem de serviço em condições adversas, na possibilidade premente de encontrar cadáveres:

Se eu parto do princípio de que uma mulher não pode ver um cadáver porque ela é mulher, então ela não pode estar na mesma função do homem que tem que ver o cadáver, é uma questão funcional (...). Essa diferenciação entre a mesma função por ser homem ou mulher, aí eu acho que é prejudicial, aí eu não concordo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Concordo aqui com o que foi falado e acrescento uma parte legal. A partir do momento em que você se forma militar e que você recebe as prerrogativas do seu posto e sua graduação, você tem alguns deveres de se expor ao risco. Então, por exemplo, eu como militar não posso me furtar a correr o risco por causa da minha integridade física, por exemplo. Tenho que me expor a esse risco, porque é funcional. É uma questão de função. Então, o risco é dentro da ética profissional. Então não pode ser levantada essa regra, a mulher é mais frágil, digamos assim. Porque, na verdade ela tem o dever de se expor ao perigo, então, realmente acho que... (Oficial intermediário de Infantaria)

Essa atitude igualitária se manifesta também no contexto das novas hipóteses de emprego, como as missões de paz, quando se coloca a situação da utilização preferencial de mulheres em atividades recreativas em hospitais e escolas e à paisana, fantasiadas de alguma coisa. Nesse caso, defende-se que o tratamento de gênero deve ser racional-legal, ou seja, igualitário e baseado nos aspectos funcionais, relacionados à atividade profissional:

Qual é o objetivo de colocar ela fantasiada? Se tem finalidade para ela, tem finalidade para o médico também. Então o que eu vi nas operações de paz, por exemplo, colônia de férias pras crianças. Os homens se vestiam, tinha lá o mascote da missão de paz, aí ele se vestia, fazia o teatro para as crianças. (Oficial intermediário de Infantaria)

Eu acho que se tivesse uma atividade de serviço tendo que se descaracterizar, teria que ser pra ambos os segmentos. (Oficial intermediário de Intendência).

O *ethos* igualitário em relação ao gênero manifesta-se na avaliação dos desempenhos de homens e mulheres em atividades domésticas, quando se considera que as mulheres não são mais dotadas para a culinária ou para a faxina.

Nós somos um casal atípico, realmente. A gente depende do Porcão, a gente depende do Bob's, a gente depende do Giraffa's. Porque senão é miojo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Eu acho que o homem é mais dotado para o trabalho de casa. Faxina e comida. (Oficial intermediário de Infantaria)

É bem dividido, assim, as tarefas. Lá em casa, por exemplo, assim, né, eu como eu tô morando só agora, eu faço tudo (...). Minha mãe até hoje não cozinha nada, ela não gosta de cozinhar, mas a arrumação é com ela, ela gosta dessa parte de detalhe (...). Não tem muito essa questão de que é a mulher quem faz. (Oficial subalterno de Intendência)

Por essa razão, as questões relacionadas à educação dos filhos reproduzem a mesma lógica igualitária de tratamento de homens e mulheres, uma vez que os instrutores manifestaram sempre a preocupação de eliminar quaisquer diferenças de tratamento relacionado com gênero, desestruturando os papéis sexuais tradicionais.

O *ethos* igualitário predomina também na compreensão que os instrutores têm sobre homens e mulheres em sua vida privada.

Esse aspecto se reflete na intenção manifesta de tratar os filhos e filhas da mesma maneira em relação à sua iniciação sexual, mesmo admitindo que sigam uma tendência contrária ao padrão cultural predominante. O discurso igualitário se manifesta, aí, na opinião de que mulheres e homens devem começar a vida sexual com a mesma idade ou nas mesmas circunstâncias:

Ambos, depois de casados. (Oficial intermediário de Infantaria)

A nossa cultura, a nossa cultura brasileira ainda coloca muita responsabilidade sobre a mulher nesse lado sexual, mas eu acho que me preocuparia se eu tivesse também um filho homem. Eu estaria preocupado com sua educação sexual também, dada à precocidade que tá acontecendo entre os adolescentes. (Oficial intermediário de Intendência).

Ninguém tem mais obrigação de ter casar virgem e ter que se guardar pro casamento. Eu não sou muito... Assim, quem acredita nisso, eu acho interessante, mas quem também não... Acho que a pessoa tem que se conhecer, tem conhecer sua vida sexual, tem que saber da sua vida sexual. (Oficial intermediário de Intendência).

Aí se manifesta também a ojeriza platônica que os militares têm em relação à mudança social, que é sempre exagerada e implica em degradação ou piora das condições sociais ou dos costumes:

Então eles têm uma iniciação sexual, vamos dizer assim, prematura. Então, uma garota de 15 já teve um relacionamento sexual e se ela teve um ou dois namorados, ela vai ter se relacionado com um ou mais parceiros, com uma idade muito nova, né... Então cabe a nós orientar para que, quando eles venham a iniciar a vida sexual, eles o façam da melhor maneira possível, se preservando e se conhecendo, mas a idade, ela puxou bastante, ela antecipou. (Oficial superior de Material Bélico).

Em alguns casos, admite-se que existe uma diferença de tratamento entre homens e mulheres no que concerne à sua vida social, mas que não são aprovadas, considerando-se que devem ser atenuadas e transformadas em concepções e práticas isonômicas de gênero, com a evolução da sociedade:

Não adianta se o filho chega e fala para o pai: “Eu fiz e aconteceu hoje” e o pai respira aliviado. Se a filha chegar e disser a mesma coisa, o pai vai botar a mão na cabeça (...). Não adianta, são processos sociais que estão diretamente ligados a cada vez mais você ter uma igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas, política, econômica. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Em poucos depoimentos, são externalizadas opiniões diferenciadas quanto à iniciação sexual das mulheres, que deve ser mais tardia do que a dos homens:

Por que a menina amadurece mais rápido, a menina que entende e que é orientada o tempo todo. As meninas bem orientadas sabem que tem que se preservar e, conseqüentemente, a vida sexual de mulheres será um pouco mais tarde e os meninos não, os meninos é sempre criação meio porra louca assim... (Oficial intermediário de Material Bélico)

Em alguns casos, a restrição cultural parental, própria da sociedade patriarcal, de aceitar os relacionamentos sexuais femininos é manifestada abertamente: “Eu, como pai, a minha filha ia morrer virgem ou então ir para um convento, mas a gente sabe que ela vai ter, então...” (Oficial superior de Material Bélico)

Apesar destas falas, predominam, no entanto, as opiniões igualitárias do tipo ostensivo, escancaradamente liberais, que abolem as diferenças de expectativa social em relação a mulheres e homens. Isso é o que se nota quando os instrutores são igualmente indiferentes à opção pela carreira militar de combatente por parte de filhos e filhas: “Eu iria apoiar a vocação dele.” (Oficial intermediário de Infantaria). E em “Não quero nem que seja nem que não seja. Pra mim, é indiferente.” (Oficial intermediário de Infantaria)

A par do *ethos* igualitário e da obsessão com o tratamento isonômico, a atuação profissional das mulheres no Exército é considerada, também pelos instrutores, com base em um ponto de vista completamente diverso: na crença em determinados universais psicológicos subjacentes ao sexo, que funcionam de modo semelhante aos universais biológicos já analisados, determinando um modo de ser essencial da mulher:

São mulheres perfeccionistas, têm uma habilidade maior pra detalhes. (Oficial intermediário de Infantaria)

De saúde, não teve diferença nenhuma quanto à atuação dos homens. A mesma. (Oficial intermediário de Infantaria)

Vejo que ela tem algumas características de trabalho diferentes. A questão da impressão minha, de ser mais detalhista, de ser mais meticulosa, por outro lado tem uma influência de humor bem maior também (...). A mulher tem uma oscilação de humor. (Oficial intermediário de Infantaria)

Nesta perspectiva, as mulheres seriam mais “minuciosas”, mais atentas aos detalhes: “A mulher é mais dedicada que o homem, ela mantém o foco e procura se empenhar mais, nessa parte é mais cuidadosa, é mais detalhista, em certos aspectos, do que é o homem.” (Oficial superior de Material Bélico)

Existe também a contrapartida de atribuir às mulheres a característica de serem mais difíceis no relacionamento no trabalho:

A questão dos problemas, entre os homens são resolvidos de forma mais simples. As mulheres, quando elas têm um problema entre mulheres no trabalho, geralmente, pra se resolver isso é um pouco mais complicado (...). Elas têm um monte de problema pessoal, aquilo sai do pessoal e começa atrapalhar o trabalho. E é mais difícil de resolver também do que quando o problema é entre dois homens. (Oficial intermediário de Infantaria)

Quanto à atuação técnica, não foram reconhecidas diferenças entre homens e mulheres:

A parte técnica, a grande maioria não apresentou problema nenhum. São bem competentes nas suas áreas. A grande maioria das mulheres quando tem algum trabalho, elas se dedicam por inteiro. Claro, existem algumas exceções negativas, mas com quem eu trabalhei, a grande maioria, sempre na parte técnica foi muito bem realizadas as atividades. (Oficial subalterno de Intendência)

Aparece, entre os instrutores, a convicção em universais psicológicos, quando se distinguem atributos especiais das mulheres em lidar com a sensibilidade, ou seja, com aspectos mais relacionados com a vida privada:

Às vezes, por ela ser médica e ela se apresentar num hospital, por exemplo, e ela ter um conhecimento técnico de alguma coisa que ajudasse a tratar com os pacientes de forma informal, poderia ser um dos motivos de motivar a utilização das mulheres. Sei lá, com a capacidade das mulheres de serem mais detalhistas, terem mais percepção dos sentimentos e tal. Depende. Se é totalmente separado, mulher faz isso, homem não faz... (Oficial intermediário de Infantaria).

A construção da ideia de universais psicológicos de gênero, entre os instrutores, apresenta-se, na verdade, como a contrapartida mental, imanente ao gêneros, das diferenças físicas e orgânicas entre os sexos, mas que para eles

convergem, uma vez que são buscadas explicações neurológicas das diferenças de comportamento de homens e mulheres:

Eu acho que a mulher tem estruturas tanto mentais, quanto sentimentais, quanto comportamentais que são mais voltadas a perceber nuances que os homens, às vezes, não percebem. Percebi isso claramente na minha casa, por exemplo. Eu, homem, resolvo problemas macros, mas eu tenho dificuldade de resolver pequenos problemas, então minha mulher tem a maior habilidade de falar “Seu filho... Aconteceu alguma coisa hoje com ele na escola.” “Por que você está achando isso?” “Porque ele tá meio calado hoje.” “Ele, geralmente, quando a gente chega ele faz isso e hoje ele não fez” E, geralmente, ela acerta. Ou seja, eu acho que a mulher, não sei, já vi algumas literaturas que mostram que o cérebro da mulher é um pouco diferente e tem algumas habilidades que o homem não tem, que ela consegue gerenciar muito melhor, consegue perceber problemas comportamentais, lance de variações de personalidade, variações de sentimentos. (Oficial intermediário de Infantaria).

Essa convicção da existência de universais psicológicos de gênero acaba desembocando na defesa dos papéis sexuais tradicionais, relacionados com os aspectos biológicos: “Para cuidar dos filhos, é natural, pois a mulher já tem um vínculo afetivo, existe a maternidade e tudo contribui para ela exercer essa função.” (Oficial superior de Material Bélico).

Eu acho que a mulher e o homem são muito diferentes em vários aspectos. E para a formação da personalidade das crianças os dois contribuem de formas diferentes. Então a questão da presença ou do homem ou da mulher é bom pra criança, seja o homem estando em casa... (Oficial intermediário de Infantaria).

Desse modo, apesar do reconhecimento do fato da entrada da mulher no mercado de trabalho, defende-se que ela possui uma vocação imanente para a maternidade, mesmo quando se reconhece a responsabilidade crescente dos pais em relação à educação e cuidado com os filhos:

A mulher, ela já nasceu para isso, com esse instinto materno de cuidar. Não que ela nasceu pra ficar em casa, mas ela nasceu com esse instinto, né, de cuidar (...). Você vê que tem bastante pai hoje em dia com isso, pai bastante preocupado com a educação dos filhos, não só deixando isso a cargo da mãe. Já tá bem dividida essa história hoje em dia. (Oficial subalterno de Intendência)

A mulher é mais vocacionada, até pelo instinto materno, de proximidade. (Oficial subalterno de Intendência)

A defesa dos papéis sexuais tradicionais aparece também no reconhecimento das contribuições distintas de cada progenitor na educação dos filhos, baseando-se, novamente, na convicção dos universais psicológicos:

Então quando eu tô fora de casa, as crianças têm uma alteração de comportamento, quando eu tô com as crianças e eles não têm a mãe, eles têm um

diferente comportamento. E é diferente. Não sei se quando as crianças ficam com o pai, elas ficam um pouco mais duras... Os dois contribuem para criança, e não de forma melhor ou pior quanto a cuidado. Eu noto assim um impacto absurdo nos comportamentos deles, mas não associado a uma questão de cuidado, mas sim... (Oficial intermediário de Infantaria).

Não sei se o homem é mais racional e a mulher é mais emotiva, não sei. Mas essa interação com a criança é diferente. (Oficial intermediário de Infantaria).

A aceitação tácita dos papéis sexuais tradicionais é demonstrada também na ideia de que a inserção das mulheres na instituição militar alteraria formas de tratamento social entre homens, que funcionaria, na verdade, como um elemento indutor de uma civilidade e de uma humanidade maior no tratamento das pessoas, próprias da vida privada, pois a presença da mulher militar remeteria às figuras femininas dos militares, isto é, as mães, esposas, irmãs e filhas:

A mulher no ambiente, principalmente, o militar ela serve muito de amortecedor de comportamentos (...). Quando você tem uma mulher no ambiente, você já mede mais suas palavras. O homem, digamos assim, tem linguajar um pouco mais exaltado, já com uma mulher a gente já vai evitar um pouco mais de agressividade e tal, quando a mulher está no ambiente. Ela serve um pouco de amortecedor. (Oficial intermediário de Infantaria)

Mas essa defesa dos papéis sexuais tradicionais é, de algum modo, atenuada, quando são analisadas as questões práticas relacionadas ao cuidado dos filhos:

Acho que em questão de cuidado, pai e mãe, os dois, são... Têm a capacidade de cuidar da criança, é apenas uma questão de tempo. Então, a gente que é militar e a mulher trabalha, às vezes é a gente que fica um mês em casa cuidando das crianças e o cuidado é o mesmo. (Oficial intermediário de Infantaria).

Às vezes, os papéis sexuais parecem ser transformados e invertidos no discurso dos instrutores, que não consideram problemático ganhar menos do que uma mulher, embora reconheçam que tal posição se distancia de um ponto de vista consensual na sociedade contemporânea:

Eu não tenho problema nenhum com isso aí (...). Eu poderia gerenciar tranquilamente. (Oficial intermediário de Infantaria).

Eu acho que não daria muito certo, não. A nossa sociedade paternalista e machista como é hoje, o homem iria ter sérios problemas com ele mesmo. (Oficial intermediário de Infantaria).

É, tem esse estigma na sociedade brasileira do homem na sociedade brasileira. “É ele que manda, é ele que tem que sustentar, ele que tem que prover...”. A partir do momento em que a mulher (...) (Oficial intermediário de Infantaria).

Se a situação fosse diferente, por exemplo, ele ganhando 50 salários mínimos, que tivesse um sustento normal e ela ganhasse muito mais que ele, só que não influenciasse no sustento da casa, sem problemas. Agora, o problema é de dependência da mulher para sustentar a família é complicado. (Oficial intermediário de Infantaria).

Não vejo nada demais nessa questão aí de “é o cabeça da família”, tem que ganhar mais, tem que trabalhar menos, tem que tá sempre, né. Eu acho que isso daí tem que mudar e já está mudando. Acho que é outro paradigma também que tá caindo por terra. Outro mito. (Oficial intermediário de Intendência)

Esse ponto de vista exprime uma opinião igualitária ostensiva, que é muito recorrente no discurso dos instrutores, pois se caracteriza pela recusa sistemática de admitir qualquer desconforto com a situação hipotética da esposa ganhar muito mais do que o militar.

Nesse sentido, há quem renuncie, abertamente, ao papel tradicional de chefe de família:

Lá em casa não é que quem ganha mais quem manda na casa, mas a gente encara lá em casa que quem ganha mais dá o rumo, que eu quero dizer, que se minha esposa ganhasse mais do que eu provavelmente eu ficaria naquele local trabalhando, eu não pedia transferência, que nem agora minha esposa teve que abrir mão do trabalho dela pra gente poder vir pra cá. (Oficial intermediário de Cavalaria)

A ambiguidade em relação à aceitação dos papéis tradicionais perdura quando os instrutores aceitam que uma mulher trabalhe 10 horas por dia e ganhe mais do que um homem:

Nos dias de hoje, normal. Hoje a carga horária, na verdade, dependendo da situação é de 24 horas. Não para. Mas alguém vai ter que ter tempo pra família dela. Ela ou o marido, né. Alguém tem cuidar as crianças. Se não for ela nem o marido, vai ser um terceiro elemento que pode ser... (Oficial intermediário de Infantaria).

A defesa dos papéis sexuais tradicionais, baseada na convicção em universais psicológicos, em relação a homens e mulheres, manifesta-se, frequentemente, como estigma, que “estabelece um tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo”<sup>141</sup>, baseando-se na convicção de que determinadas características se vinculam a uma determinada categoria social. Essa convicção gera expectativas normativas concernentes a uma identidade social, que

---

<sup>141</sup> FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (orgs). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 151.

restringem e seccionam o modo de ser de uma pessoa ou de um grupo de pessoas ou de uma instituição, a alguns aspectos considerados negativos:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos (...). Em todos os exemplos de estigma (...) encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais.<sup>142</sup>

A estigmatização funciona por meio da absolutização e exageração de determinados atributos em detrimento de outros, atributos estes considerados socialmente inferiores ou negativos. A estigmatização pode ser assimilada pelos atores sociais com diferenças de ênfase e de procedimentos típicos de recusa e de exclusão em relação ao alvo do estigma, além de poder ser reproduzida ou rejeitada ativamente pelo ente estigmatizado, seja por meio da ignorância ou da autoalienação, seja por tentativas de correção de comportamento e de maneiras de viver, tentando imitar as categorias sociais que são mais consensualmente aceitas. Os indivíduos, em geral, costumam interpretar os atos e os aspectos físicos e morais dos entes estigmatizados em termos de erros, que são a expressão direta do atributo diferencial estigmatizado.

No caso, os instrutores tendem a estigmatizar o segmento feminino da seguinte maneira: associando a condição feminina à incapacidade de realizar atividade física e operacional, enquanto revelariam aptidão para realizar outras atividades de natureza oposta, ou seja, de cunho intelectual ou que demandassem habilidades interpessoais ou afetivas, que seriam escassas nos homens:

Aos homens caberiam tarefas que demandassem mais do físico, bem como atividades que requeressem tomadas rápidas de decisões. Às mulheres seriam indicadas a tarefas repetitivas e que exigissem minúcias (...), aos homens cabem as atividades mais importantes, o que inclui as esferas de decisão.<sup>143</sup>

Desse modo, é evidente o quanto o processo de estigmatização funciona de modo relacional, entrelaçando uma concepção pré-determinada de masculinidade

<sup>142</sup> GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, p. 14.

<sup>143</sup> FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (orgs). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 156.

e de feminilidade, atribuindo-lhes disposições inatas e variáveis ao exercício da atividade militar de combate, para a qual a mulher não seria naturalmente dotada do ponto de vista físico e intelectual.

Como já foi dito na parte destinada às respostas do *survey*, sobre a inserção das mulheres na linha bélica, a inserção das mulheres na linha bélica provém mais de um grupo social coeso, o dos homens militares, “os estabelecidos”, que possuem um estilo de vida específico – uma tradição constituída – e que lhes confere acesso às posições de poder. Por esta razão, repudiam os *outsiders*, que no caso, são as mulheres.

Nessa perspectiva, inserir o diferente equivaleria a difundir o caos, destruindo-se a tradição constituída, que confere aos homens um local de poder. Por essa razão, *outsiders* são sempre tidos como anômicos, e assimilados ao “outro”, o “paisano”, que paira constantemente sobre as instituições militares, ameaçando a sua sobrevivência e integridade.<sup>144</sup>

O fenômeno da estigmatização de gênero também é encontrado em estudos empíricos sobre a inserção da mulher na polícia militar, que precede e é mais ampla, abrangendo diversos segmentos, em comparação ao que tem sido feito nas Forças Armadas. Aqui, os homens policiais também consideram que “as mulheres tendem a focar-se nos detalhes enquanto os homens elaboram o mapeamento do local como num todo, sob o ponto de vista do levantamento de vestígios.”<sup>145</sup>

A estigmatização aqui se apoia, na verdade, na correlação que estabelece entre a vida privada e a feminilidade, opostas à vida pública, sendo que esta é vinculada à masculinidade. Esta concepção perpassaria todo o processo de integração das mulheres no mercado de trabalho, e não somente a sua inserção nas Forças Armadas, contrariando a noção intuitiva, mas equivocada, de que, por serem instituições totais, e, no caso brasileiro, isoladas e encapsuladas em relação à sociedade mais ampla, não compartilhariam da maioria de seus códigos e

<sup>144</sup> ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 26.

<sup>145</sup> CAVEDON, N. R. **Gênero, trabalho e morte violenta**. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (ORGS). **DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO**. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 156.

valores. Desse modo, são irradiadas no espaço militar concepções sexistas reconhecíveis em são associadas às mulheres.

Os estereótipos mais comuns, que são o da “professora” e o da “enfermeira”, profissões que são endereçadas a um gênero específico para encenarem, na dinâmica da atividade profissional, traços estereotipadamente associados ao gênero feminino, como paciência, delicadeza, organização, higiene, presteza.<sup>146</sup>

As reações femininas ao processo de estigmatização, que não foram abordadas diretamente neste estudo, que enfocou as representações de gênero de homens, dos instrutores da AMAN, assinalam desde a adesão aos papéis sexuais e a manipulação destes para obter a concessão de privilégios, denunciada pelos próprios instrutores, como foi apotando acima, até exibir comportamentos “masculinos”, negando-se os aspectos mais associados à condição da mulher, como estratégias distintas de conquista de posição mais destacada no campo profissional. Este aspecto é constatado também entre as mulheres policiais, que reproduzem um modelo masculino de atuação,

A exemplo do que propõe Calazans (2005) sobre a “masculinidade subordinada”, ou seja, a mulher assumindo o referencial masculino e assim colocando a diferença à margem. A autora ainda ressalta que a ênfase no rigor em relação à hierarquia e às normas é exacerbada pelas mulheres que procuram com isso reforçar a homogeneização pela via da cultura masculina hegemônica.<sup>147</sup>

Essa ambiguidade, tanto de homens e mulheres militares, em relação à adesão aos papéis sexuais, e que, de certa forma reproduz a ambiguidade do regime de gênero na realidade brasileira, que vivencia a dissolução ágil das estruturas materiais e mentais da sociedade tradicional, sugere que há a necessidade de ultrapassar as análises clássicas da literatura feminista, que opõe, de modo irreduzível, o polo feminino e o polo masculino, descortinando vieses unilaterais de jugo e submissão<sup>148</sup>, e relações petrificadas de conflito e confronto hostil, no sentido de análises que caracterizem os mecanismos de empoderamento instaurados pelas mulheres, no mundo do trabalho, que consiste precisamente nas suas estratégias de estabelecer controle “de sua própria vida, de seu destino, em

<sup>146</sup> FREITAS, M. E.; DANTAS, M (orgs). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 156.

<sup>147</sup> CAVEDON, N. R. op. cit., p. 156.

<sup>148</sup> É o caso da obra de Simone de Beauvoir e do texto seminal de gênero, “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu.

que tomam consciência de suas habilidades, competências para produzir, criar e gerir.”<sup>149</sup>

Na verdade, o sexismo ou aferramento aos papéis tradicionais aparecem no discurso dos instrutores de um modo sub-reptício e ambíguo, pleno de contradições, hesitações, aporias, e por que não dizer, pudores, pois se apoia eventualmente numa opinião igualitária em relação a homens e mulheres, que, contestando os papéis tradicionais, no que concerne às formas de gestão da vida cotidiana e da atividade profissional, aderem, na verdade, a um discurso institucional “civil”. Esse aspecto revela o nível crescente de confluência do campo militar e do campo ideológico da sociedade mais ampla, em que prepondera o campo político civil, do governo federal, e a opinião pública, relacionada à mídia e à imprensa. Essa convergência entre campo civil e militar favorece o acionamento de mecanismos endógenos, nas instituições militares, de supressão, disfarce e mascaramento de um genuíno e autóctone discurso institucional militar, que, na verdade, rejeita veementemente a inserção da mulher na linha bélica, discurso este que é subliminar e inconfesso, mas que transita nas fissuras, nos interstícios do discurso institucional “civil” que permeia as falas de todos os instrutores.

Nesse caso, existe um discurso institucional que se irradia do aparato estatal como um todo, uma vez que o Estado detém um papel relevante na destilação de capital simbólico, exercendo, em certos casos, concernentes a direitos e deveres de sujeitos jurídicos, o monopólio das ações de nomear as coisas, assim como o monopólio da violência simbólica atuante, por meio das instituições jurídicas e policiais, no interior do qual, movimentam-se atores

---

<sup>149</sup> Deste modo, as mulheres estabelecem maneiras diversas de fazer as mesmas atividades e de gerenciar as relações no ambiente de trabalho, que distam dos códigos formatados pela tradição militar, amalgamando aspectos da cultura profissional ou da sua pertença social e regional a estes códigos, que são recodificados, alterados e modelos em conformidade com diversas clivagens, de um modo que não se pode dizer mais com tanta clareza o quanto as mulheres seriam sempre oprimidas e vilipendiadas no espaço militar e no espaço doméstico, uma vez que “mesmo existindo dominação masculina, está presente a atuação feminina, estruturada por meio de complexos superpoderes, como o poder material, o poder social, o poder sobre outras mulheres, como ainda as compensações dos jogos de sedução. Destaca-se ainda que, em algumas situações, que algumas mulheres preferem submeter-se a jornadas duplas e triplas, pela preservação de espaço no domínio doméstico e nas suas relações de poder familiares.” (MELO, M. C. de O. L. **Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro**. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (ORGS). DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO. São Paulo: Cengage: Learning, 2012, p. 348.

institucionais que lutam pelo direito de nomear as coisas, determinando quando, como e quem, por exemplo, tem acesso à carreira das armas no País.<sup>150</sup>

É do Estado brasileiro, sobre o qual pesam as suas relações sinérgicas com uma comunidade de nações e com uma mídia globalizada, que nasce um ponto de vista dominante e legítimo para a sociedade brasileira, um verdadeiro mundo de linguagem que descortina representações de gênero e papéis sexuais diversos, em suas relações com as instituições sociais brasileiras, corporificado em documentos, falas e práticas institucionais que circulam nos diversos órgãos dos três poderes, alcançando, no interior do poder executivo, mesmo nas instituições militares, mais herméticas e até hostis, o chamado controle civil.

O Estado – configurado enquanto campo político e cultural – que estabelece pressões sobre as instituições militares disponibiliza para estas determinadas premissas sobre os modos de ser homem e mulher e de agir em conformidade com o gênero, marcado pela *ethos* de um discurso racional-legal e jurídico, o que proporciona à instituição militar.

Na concorrência e no conflito, os instrumentos do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente, ou, se quisermos, a problemática legítima.<sup>151</sup>

Nesse caso, a problemática legítima determinada pelo mundo social consiste em buscar a isonomia de tratamento entre homens e mulheres, o que se manifesta nas questões da vida privada, como o direito feminino de realizar aborto e o de ingressar na carreira de armas, direitos esses que são estabelecidos gradualmente nos ordenamentos jurídicos a partir de lutas e gestões com instâncias dos próprios órgãos estatais e de movimentos sociais civis de matiz feminista.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> “O que nós chamamos Estado, o que nós queremos dizer confusamente quando nós pensamos no Estado, é uma espécie de princípio de ordem pública, compreendida não somente nas suas formas simbólicas inconscientes, aparentemente evidentes. Uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a canonização das classificações sociais.” (BOURDIEU, P. *Sur l’État*: cours au Collège de France. 1989-1992. Raisons d’Agir, Seuil, 2012).

<sup>151</sup> BOURDIEU, P. *A distinção*: a crítica social do julgamento. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 372.

<sup>152</sup> Pode-se citar, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que foram estruturados a partir dos anos 1980, como um constructo feminista, que visava a reivindicar garantias legais e políticas de igualdade, liberdade e justiça social no exercício da liberdade e da função reprodutiva: “A expressão tem forte caráter de contestação às leis e modelos autoritários e restritivos de assistência à saúde da mulher. As principais reivindicações femininas estão

Desse modo, os instrutores evitam avaliações e opiniões que reforcem ou apoiem os papéis sexuais tradicionais que correlacionam as mulheres aos afazeres domésticos e os homens às atividades próprias do mundo do trabalho, assim como são evitadas as afirmações de desconforto com a superioridade financeira de uma mulher ou seu extremo engajamento na vida profissional, em moldes, por assim dizer, “masculinos”.

A presença desse discurso igualitário entre os instrutores se torna ainda mais reveladora neste estudo, que utilizou entrevistas realizadas dentro do próprio Estabelecimento de Ensino, para as quais, com certeza, esses oficiais foram orientados no sentido de proteger adequadamente a imagem institucional.

Sob a influência do discurso igualitário, alguns instrutores se recusam, por exemplo, a admitir a diferença de desempenho entre homens e mulheres militares:

Existem bons profissionais homens e bons profissionais mulheres (...). Quando eu estava no DCT, existiam engenheiras excepcionais e outras muito fracas, do mesmo jeito que existem homens excepcionais e mulheres fracas (...). Você não tem como comparar, existe aquele profissional, ora ele atinge, ora ele não atinge. Isso não é uma questão de sexo, entendeu? (Oficial intermediário de Cavalaria)

Esse discurso institucional toma, portanto, emprestado temas típicos das configurações discursivas em voga na sociedade contemporânea, de cunho também racional-legal e jurídico, que, de modo, insistente, fala sobre a sexualidade, desmonta e inverte os papéis sexuais não exatamente para emancipar os indivíduos das amarras da tradição, mas para formatá-los de outra forma, na direção de uma androginia progressiva, que esmaece e aproxima o comportamento sexual masculino e feminino, no dizer de Antony Giddens.<sup>153</sup>

Convém admitir, no entanto, que o discurso igualitário em relação a homens e mulheres, concernente à vida privada, que transparece na fala manifesta dos instrutores, evidencia um nível maior de permeabilidade das instituições militares na atualidade, em um contexto de um Estado democrático de Direito, mesmo sem mecanismos mais efetivos de controle civil, em face da preservação

---

relacionadas aos direitos ao aborto seguro e legal, à igualdade entre os gêneros no que diz respeito às responsabilidades contraceptivas e reprodutivas, o acesso à informação e aos meios para o controle da própria fecundidade e à liberdade sexual e reprodutiva sem discriminação, coerção e violência.” (VENTURA, M. **Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos**. p. 307.)

de diversas prerrogativas militares, como os fóruns especiais de justiça e a autonomia do ensino, aos valores democráticos que vigoram na sociedade brasileira, marcada por algumas décadas de ativismo político feminista, e que gerou a conquista progressiva de direitos civis, a inserção gradual no mercado de trabalho e a suavização dos papéis sexuais tradicionais.

Em suma, pode-se concluir que, em relação ao *habitus* de gênero, os instrutores oscilariam entre a convicção entre o igualitarismo, de cunho racional-legal, relacionado à vida privada e à atividade militar no que concerne ao cumprimento das obrigações militares, e à convicção em universais psicológicos, que distinguem de modo imanente homens e mulheres, que embora apareça sutilmente e de modo minoritário quando se referem à vida privada, é mais recorrente quando se reportam à atividade profissional militar.

Esse discurso isonômico não se estende, no entanto, à compreensão das atividades militares e da participação das mulheres nestas, quando comporta hesitações e aporias, como já vimos anteriormente, somente enfatizando a necessidade de exigir das mulheres as mesmas obrigações militares do que os homens, como tirar o serviço em idênticas condições, mas excluindo-as da possibilidade de inserção nas armas de combate.

Aparece, no entanto, uma atitude destoante curiosa desse *habitus* de gênero estruturado, sobretudo, na esfera do determinismo positivista do tipo jurídico ou psicológico/médico, quando os instrutores consideram que a atuação das mulheres em missões de paz tem que levar em conta o gênero como uma realidade culturalmente construída, e que deve ser considerada na forma de inserção e emprego das mulheres em organizações militares no contexto das missões de paz:

ENTREVISTADO 1: Mulçumano mesmo, a mulher não pode dar ordem para o homem, por exemplo. Então se eu tiver numa missão de paz, eu preciso tratar com um mulçumano, por exemplo, mesmo que a minha superior seja coronel e eu seja o major, quem vai ter que intermediar aquilo ali é um homem (...) (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADORA: Por exemplo, numa cultura mulçumana mesmo, a mulher fantasiada, eu acho que não ficaria muito bem.

---

<sup>153</sup>GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

Entrevistado 1: É... (Oficial intermediário de Infantaria).

ENTREVISTADORA: É o contrário, deveriam fantasiar o homem.

ENTREVISTADO 1: Você... Aí teria que ver qual foi a situação que levou a isso. É complicado falar assim estanke, porque aí a gente pode falar/dá a impressão que... É complexo, né. (Oficial intermediário de Infantaria).

Aqui, os instrutores abandonam o enfoque ontológico, metafísico de gênero e próprio da visão determinista, positivista, médico/psicológica/jurídica, quando consideram o gênero como função e performatividade, construído nos discursos e na ação dos sujeitos, em uma situação social específica, depreendendo o gênero como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser.”<sup>154</sup>

Ainda nessa perspectiva, alguns instrutores reportaram também uma compreensão de que o modo de atuação profissional das mulheres se relaciona estreitamente com a sua forma de inserção nas Forças Armadas, e não com universais psicológicos, o que tem a ver com a amplitude da inserção, com o tempo decorrido desde o início do processo de inserção e da amplitude do efetivo feminino incorporado. A esse respeito, foi analisada a situação das mulheres aviadoras na Aeronáutica, que teriam desenvolvido atitudes hostis e defensivas em relação aos subordinados homens, com receio de serem retaliadas:

Elas tinham muito medo de ser mal assessoradas pelo fato de serem mulheres, com medo de que o cara que estava abaixo dela estabelecer certa desconfiança pelo fato dela ser mulher, não que isso acontecesse efetivamente, mas pelo fato dela ser mulher ele não fosse assessorar como assessoraria um homem, por desconfiar da capacidade profissional dela, aí elas recrudesceram e se protegeram mais. Aí o subordinado era mais cobrado, ele era mais questionado no sentido de que elas estavam sempre checando se aquilo era verdade (...). Isso foi um fenômeno muito notado no início (...). Eu acredito, é uma opinião pessoal, de que com a normalidade, com a inserção da mulher no ambiente de trabalho, a tendência é que não seja diferente esse tipo de relação, ele se torne comum, mas realmente foi muito complicado nos primeiros momentos. (Oficial intermediário de Cavalaria).

A adoção, pelos instrutores, de um enfoque pragmático das questões de gênero, não essencialista, enfatizando os aspectos funcionais, vinculados às circunstâncias e fatores a serem ponderados para o cumprimento adequado da missão, parece sugerir que as novas hipóteses de emprego, como as missões de

paz, favorecem a atenuação de clivagens rígidas de gênero por obrigarem o militar a se confrontar e a se relacionar com atores institucionais antes impensáveis, no âmbito dos exércitos nacionais oitocentistas – mulheres e minorias étnicas e religiosas – que flexibilizam e modelam uma nova sensibilidade militar, menos aferrada a ortodoxias e a uma visão monolítica, estanque de mundo, em função de uma capacidade de transitar e de negociar com esferas valorativas diversas, o que forçosamente repercute na estruturação de seu *habitus* de gênero.

#### 4.7.

#### **Aporias e contradições no discurso dos instrutores: o *ethos* da guerra de todos contra todos**

Constata-se que os instrutores apresentaram contradições inconciliáveis nas suas opiniões de gênero, oscilando entre as concepções igualitárias sobre os papéis sexuais enquanto defendem modelos de comportamento militar ou de emprego militar relativamente obsoletos ou incompatíveis com o estatuto das Forças Armadas em uma sociedade democrática. É o que se nota quando o mesmo instrutor considera adequado que a mulher ganhe mais do que o homem, ou não, e que seja destinada às atividades domésticas – uma atitude em conformidade com os valores isonômicos vigentes na sociedade brasileira contemporânea – ao mesmo tempo em que admira militares de linha dura, avessos ao controle civil, defendendo, sem contemporizar, valores estritamente militares, desconectados dos valores mais difundidos na sociedade e no governo brasileiro, chegando à defesa da indisciplina, ao legitimar a contestação ao governo civil.

A que se devem estas aporias e paradoxos no discurso? Existe aqui, com certeza, a interveniência de fatores diversos, um dos quais, com certeza, tem a ver com os níveis variados de assimilação de referências culturais exógenas, dos discursos institucionais circulando a partir da mídia e do próprio Estado, como já foi dito, em razão de aspectos biográficos e de maturidade pessoal, que escapam ao escopo deste trabalho.

---

<sup>154</sup> BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 59.

Mas talvez haja algo mais, que se encontra no imaginário profundo, inconfesso, da instituição militar e que se relaciona com a atividade-fim – a guerra – que se consubstancia, na verdade, não esqueçamos, como uma atividade de administração da violência. Por esta razão, a guerra configura as relações interpessoais no cotidiano da instituição militar, além do próprio modelo educativo, que são atravessados por um *ethos* de agressão e domínio e de pulsões de morte. E, também, por pura vontade de poder, que funciona como um componente indissociável, por exemplo, da ação de comando, que consiste precisamente em impor a sua vontade a outrem para atingir determinados objetivos.

Desse modo, a instituição militar funciona por meio de lógicas contrárias e complementares: une os militares, difundindo, portanto, o espírito de corpo, devido aos vínculos estabelecidos entre eles no interior das corporações profissionais (círculos de pares, quadros, armas, serviços e especialidades), o que é necessário em uma atividade que é essencialmente coletiva, a guerra, e que exige a congregação de esforços com metas comuns, ao mesmo tempo em que os desune, devido à irradiação do *ethos* voluntarista e das pulsões de morte, uma vez que tem que instilar constantemente um ânimo guerreiro e uma agonística de luta do indivíduo com os seus próprios limites, rumo à autossuperação e de luta de todos contra todos – um aspecto que ultrapassa os limites da competição esportiva, que também se impõe, por esta razão, como um aspecto relevante da vida cotidiana da caserna.

As pulsões de morte e a vontade de poder não podem ser exauridas nas práticas esportivas, devido ao *modus operandi* diferenciado de um exército sem guerras, em que a paz favoreceu a conversão da atividade de combate em rituais burocráticos e em minuciosos e estéreis protocolos de respeito e cerimônia.<sup>155</sup>

Essa característica da instituição militar, no âmbito das Forças Armadas, de existir numa situação permanente de *stand-by*, no aguardo permanente de um

---

<sup>155</sup> Essa esterilidade do exército sem guerras é admiravelmente abordada no romance “O deserto dos tártaros” (1940), obra-prima de Dino Buzzati, transformado em um filme também notável de Valerio Zurlini em 1976, que conta a história de jovens oficiais que consomem toda a sua existência, servindo em uma solitária fortaleza de fronteira, esperando em vão o ataque dos tártaros, que nunca vem. Nessa perspectiva, a obra evoca aspectos existenciais possíveis, da

conflito que é sempre adiado, é exemplificado perfeitamente na tiragem de serviço, que, frequentemente, funciona como uma sequência de rituais que formatam perfeitamente a situação de prontidão da tropa, onde, geralmente, nada acontece, de forma alguma, ou na maior parte do tempo.<sup>156</sup>

No contexto do exército de paz, onde não há como canalizar as pulsões de morte e a vontade de poder, pois não existe combate, configura-se um cenário hobbesiano de luta de todos contra todos, nas entrelinhas das práticas de congregação e de subordinação aos imperativos da hierarquia e da disciplina, que se manifestam, por exemplo, na forma de retaliações e fofocas, na manipulação personalista dos mecanismos de controle institucionais em relação à realização das obrigações militares, tais como a frequência e desempenho nas formaturas e TFM e o cumprimento dos horários de início e término do expediente, que se contrastam com um discurso institucional que valoriza os vínculos de pertença às organizações militares específicas e que visam a estimular o espírito de corpo.

Essa agonística, de embate permanente entre os militares, permeia também as estratégias discursivas dos instrutores entrevistados, confrontando-os, sem que se apercebam, ao próprio entrevistador, que representa aqui a autoridade da pesquisa científica, além de um ponto de vista “civil”, que se contrapõe à cultura militar e ao universo da caserna, ao que os instrutores reagem com manifestações pontuais de opiniões “politicamente corretas” intercaladas da defesa intransigente de valores militares tradicionais, que com elas são incompatíveis.

As dissonâncias e estratificações do discurso dos instrutores são, portanto, formações reativas à alteridade, estruturadas em razão da presença do pesquisador que é percebido como um “corpo estranho” na organização militar, e que é inserido, a contragosto, na arena de lutas da instituição militar, e a quem se concede uma fala enviesada e polimorfa que reflete as dissonâncias constitutivas da própria instituição militar e o entrechoque inconfesso e latente de companheiros e pares, suspensos num tempo próprio, que é de vácuo cronológico,

---

profissão militar, manifestadas em uma atitude mal contida de angústia, resignação e solidão do homem, incapaz de escapar a seu próprio destino.

<sup>156</sup> A tiragem de serviço utiliza os rituais da parada, que congrega, em uma formatura, os militares responsáveis no início do serviço, com o intuito de estabelecer ordens e orientações, o hasteamento de bandeira de manhã, o desasteamento da bandeira às 18h e o pernoite, à noite, que antecede as rondas noturnas.

existencial, de nulificação de si, do seu tempo pessoal, de seus interesses e do tempo da pátria, no interior do qual os militares congregam-se, evoluem e se conflitam.

#### 4.8.

#### **Apresentação pessoal de homens e mulheres militares: o *eidós* corporal masculinizante versus a defesa de padrões patriarcais de moda feminina**

Quando confrontados com o tema da apresentação pessoal em uniforme militar, os instrutores apresentam o chamado *eidós* corporal, que corporifica alguns aspectos do *habitus* de gênero, manifestados em valores, avaliações morais, gostos, interações sociais e atitudes, relativos aos usos prescritos e não prescritos do corpo, que discriminam um modo correto de vestir, de lidar com as vestimentas e adornos e de se ornamentar. O *eidós* corporal coletivo se manifesta também na moda, depreendida aqui como um “uso passageiro que regula a forma de vestir, calçar, pentear.”<sup>157</sup>

No caso do EB, a moda militar é determinada, em seus aspectos formais (tipo de roupa e ocasiões de uso) nas prescrições do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) e na interpretação que dele fazem os militares.

De um modo geral, sem especificar de que tipo de militar se trata, se técnico ou operacional, percebe-se, no discurso dos instrutores, um *eidós* corporal que visa a nivelar homens e mulheres, a partir dos imperativos das necessidades de ordem funcional, relativas à natureza da atividade, mas, que, na verdade, constitui-se como uma atitude de recusa do feminino análoga à reivindicação de uma sistemática padronizada de TFM para homens e mulheres, conforme analisada acima:

Acho que tudo parte do objetivo. Por exemplo, vai fazer alguma mudança, mas qual seria o objetivo da mulher? Ela ficar mais bonita? Sem finalidade. Seria adequar o uniforme a alguma necessidade fisiológica da mulher? Positivo. A questão de objetivo. É a mesma coisa que eu falei da funcionalidade. (Oficial intermediário de Infantaria)

---

<sup>157</sup> FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher**. São Paulo: Global, 2009, p. 28.

Mas, o que ainda se admite de uma mulher que exerce atividades administrativas e intelectuais, isto é, mais assimiladas à feminilidade, não se admite nas mulheres militares da linha bélica. Neste caso, alguns instrutores rejeitam qualquer marca ou indício da moda que seja associada à feminilidade:

Atualmente, a mulher como foi falado, nas Forças Armadas, ela tem uma função administrativa, não é combatente. Quando a gente parte para o combate, aí já entram outras táticas, técnicas e procedimentos que justificariam você uniformizar o adereço. (Oficial intermediário de Infantaria)

Por exemplo, nos cursos operacionais, a gente não usa aliança, porque não tem como usar (...) pode machucar, pode arrancar, pode quebrar o sigilo (...) não é uma questão de vaidade, é uma questão de segurança da atividade. (Oficial intermediário de Infantaria)

Este *eidós* masculinizante que predomina, na verdade, no discurso desses instrutores, esforça-se, em nome de um *ethos* isonômico, racional-legal, que absolutiza as especificidades do corpo masculino.

O *eidós* masculinizante aparece, por exemplo, na recusa dos aspectos eróticos potenciais, que surgem quando a anatomia feminina é revelada, em roupas mais justas:

A mulher coloca o uniforme mais justo... Daí eu falei para ela: “Tem recruta na quadra e passam ali”. As duas passaram e todos os soldados olharam porque elas estavam com a farda ajustadinha. Elas tinham um corpo bonito e eu falei: “Olha aí, os soldados estão olhando. E você... e se o soldado assoviar, você vai falar o que para ele?” Não que você não está se dando o respeito, é que à medida que você coloca o uniforme mais justo você está modelando o seu corpo, e o soldado, o sargento, o oficial... se ele olhar, ele não tem o direito de falar e de assoviar, mas o fato dele ficar olhando já é uma coisa errada, não é certo eu chegar para um capitão e ficar falando da roupa dele, olhar se ele está bonito... não é normal (risos), você está me entendendo? (Oficial superior de Material Bélico)

Nesse caso, a rejeição do corpo feminino, que tem que ser coberto com roupas frouxas, é similar à recusa de colocar homens e mulheres em espaços militares claustrofóbicos, como as tocas, manifestando-se também na preocupação constante de separar alojamentos e banheiros, que já foi analisado acima.

Por essa razão, entre os instrutores, também aparece a tendência de estabelecer idênticos parâmetros para uniformes femininos e masculinos, contrariando o prescrito no RUE, que os distingue de certo modo, estabelecendo para as mulheres modos de pintar as unhas e de arrumar os cabelos. Nesse sentido, esses instrutores consideram os uniformes femininos e masculinos sob os mesmos

critérios, acrescido apenas de detalhes mínimos, aplicáveis somente aos homens: “Cabelo cortado, barba feita, farda limpa e passada e nova.” (Oficial subalterno de Infantaria).

Essa recusa das marcas de feminilidade é atenuada em alguns instrutores, por meio de uma legitimação das especificidades da cultura brasileira:

Ela não vai passar a ser um homem porque ela é militar, ela continua sendo mulher. Então ela continua tendo as vaidades de mulher, que a cultura brasileira tem. Então aí eu acho que você também não pode pegar só porque é mulher e ela colocou a farda que ela não vai poder usar o anel, não vai poder usar esmalte, não poder usar... (Oficial intermediário de Infantaria)

Aqui, esses militares alegam que o EB deve respeitar os padrões culturais nacionais que estabelecem que a mulher deve se adornar e ser vaidosa, o que é considerado aqui como uma característica propriamente feminina, de buscar ter uma boa aparência perante si mesma e aos outros, e, principalmente, para o sexo oposto.

Esse ponto de vista dos instrutores alinha-se com concepções de gênero inscritas em longa duração na cultura brasileira, instauradas desde o Período Colonial, e que, mesmo sendo modificada de modo considerável, deixou vestígios significativos na sociedade e na cultura, interferindo, por exemplo, no gosto excessivo que a mulher brasileira tem por joias e bijuterias e na expectativa masculina de que as mulheres portem adereços:

Mas a essa mulher passiva, ante o marido, tocava a distinção de ser uma espécie de objeto quase religiosamente ornamental dentro da cultura da qual fazia parte, especialmente como esposa e como mãe. E esse objeto religiosamente ornamental inspirador de toda uma série de modas de vestir, de calçar, de pentear, que, concorrendo para o embelezamento de suas pessoas aos olhos de pais, maridos, filhos, passaram a constituir testemunho do apreço dos homens, seus senhores, por suas graças físicas que deviam merecer o máximo de aperfeiçoamentos, através de artifícios que enfatizassem artisticamente os encantos naturais de condições especificamente femininas. Daí, em civilizações patriarcais, as modas de embelezamento de mulheres terem chegado a requintes artísticos que constam das histórias de modas femininas sob aspectos, no Brasil, de consagrações, além de éticas, estéticas, de sinhazinhas nada insignificantes em suas expressões consagradoras de feminilidades.<sup>158</sup>

Deste modo, quando os instrutores legitimam e autorizam o uso de adornos parecem enfatizar uma concepção da moda feminina que realça o seu papel de embelezar para atrair e para oportunizar uma melhoria da aparência física da

mulher, que, em conformidade com os papéis sexuais tradicionais, teria sempre se empenhado em ostentar uma moda que minorasse deficiências e exaltasse qualidades, com o intuito de atrair a atenção do sexo oposto. Trata-se aqui de um ponto de vista fundamentado sobre os eixos determinantes do patriarcalismo.<sup>159</sup>

Essa concepção da moda feminina, do enfeite e do adorno, que serve para realçar atributos físicos próprios das mulheres, contrapõe-se a uma tendência da moda, influente ao longo do século XX, de estabelecer uma convergência crescente entre mulheres e homens, que mais do que tornar as mulheres emasculadas, como aconteceu nos anos 1920, estabelece uma moda unissex, que permuta cores, formas e peças femininas e masculinas, como a contrapartida estética do embaralhamento de seus papéis sociais de homens e mulheres, e que tem resultado em uma moda mais andrógena, no dizer de Antony Giddens, como já foi assinalado.

Essas transformações sociais não parecem ter sido consideradas por estes militares, que, vinculadas a uma revolução econômica, social e política, que atravessou o século XX, repercutiram também na moda, e que, a par da androginia, exacerbaram também os aspectos eróticos associados, do ponto de vista biológico, à condição feminina, realçando a exibição de partes mais erógenas e vinculadas à reprodução e ao ato sexual, de um modo muito mais acentuado do que nas sociedades patriarcais, e que tem confluído no sentido de uma cultura da pornografia, que

(...) vem correspondendo a toda uma ética de relações entre sexos e, mais do que isso, a uma nova moralidade relativa a comportamentos sexuais tanto de um sexo como do outro e a tendências para admitir-se, em sociedades ocidentais cristãs, católicas ou protestantes, maior independência da mulher. Tendências que vêm importando em crises, algumas profundas, na organização moral destas sociedades, com menor controle das relações entre os sexos por cleros cristãos crescentemente desvairados em suas concepções, ditas progressistas, do que sejam suas responsabilidades em particulares tão importantes. Daí, em grande parte, desvarios em modas de mulher, com acentuadas libertinagens, além de compreensíveis liberdades, de trajos nos quais vêm se admitindo – em suas

<sup>158</sup> FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher**. São Paulo: Global, 2009, p. 69.

<sup>159</sup> Depreende-se aqui “patriarcalismo” como um sistema social, econômico, político, e que se manifesta também nas relações de gênero, modelando as relações amorosas e a instituição do casamento e os modelos de educação doméstica, centrada na supremacia do homem sobre as mulheres. Embora o patriarcalismo seja um tipo de dominação descrito por Max Weber, inserido na tipologia de formas tradicionais de poder, que se perpetua no tempo em razão da legitimidade ou aceitação social, Gilberto Freyre trouxe contribuições fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira a partir dessa categoria.

modas ou vogas em excessos – provocações de caráter sexual que vêm tendendo a extremos.<sup>160</sup>

Assim sendo, os instrutores, quando consideram a moda militar, não consideram nem os aspectos andrógenos, nem os acentuadamente sexuais e eróticos da moda no final do século XX e início do século XXI.

Nesse sentido, predominam entre eles ora a negação do feminino, em nome de um *eidós* masculinizante, ora a defesa dos padrões patriarcais de feminilidade.

Os aspectos propriamente eróticos relacionados aos uniformes femininos, manifesta-se, no discurso dos instrutores, enquanto omissão de tema. Nesse sentido, esse aspecto é cuidadosamente silenciado no discurso dos entrevistados, uma vez que não reportam nada sobre as reações que despertam em seu modo de se trajar, na instituição militar, em homens e mulheres, limitando-se os instrutores a externarem prescrições relativas à higiene, a serem bem passadas, além de nem justas, nem frouxas:

De maneira correta no corpo. Não é nem tão apertada e nem tão solta. Esteja vestida de uma maneira que caia bem ao corpo, vamos dizer assim. Apertado não é o caso e sobrando também não é o caso. Por isso que existem diversos tamanhos de fardamento, porque cada corpo tem que se adaptar ao tamanho específico. (Oficial subalterno de Infantaria)

Embora não seja a intenção deste trabalho realizar uma espécie de antropologia da moda militar, faz-se aqui esta breve incursão no domínio dos uniformes devido ao fato da moda revelar, como já foi dito, aspectos éticos, além de um modelo de relações entre sexos.

Nessa perspectiva, convém ressaltar que este silenciamento sobre as aporias ou incidentes relacionados aos uniformes femininos conflui no sentido do Regulamento de Uniformes do Exército (RUI), que tentou sistematicamente obscurecer e disfarçar as marcas da feminilidade nos uniformes militares, o que inclui cabelos presos em coque, simulando o cabelo curto masculino e o desenho emasculado dos uniformes, em que se destaca o uniforme mais corriqueiro e

---

<sup>160</sup> FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher**. São Paulo: Global, 2009, p. 35.

reconhecível da Força Terrestre, o 4<sup>a</sup> B1<sup>161</sup>, com gandola, que consegue ocultar completamente os aspectos anatômicos propriamente femininos, como seios e quadris, enquanto realça os masculinos, como os ombros largos e os quadris estreitos.

Estes aspectos do RUE preservaram um padrão de lide com a sexualidade e com a feminilidade própria do século XIX, que floresceu na Inglaterra vitoriana e se propagou pelos países ocidentais, ou sob a sua órbita de influência, que se baseava em uma visão da existência que trazia

(...) uma mensagem de moderação, de economia, de administração dos instintos. É preciso adquirir uma técnica específica de autocontrole, a fim de mostrar existir o domínio de um papel público e privado. O código obrigatório é o do segredo, e há a necessidade de se vigiar constantemente a fim de mostrar o comportamento esperado pelos outros.<sup>162</sup>

Por essa razão, “a sexualidade foi removida de áreas inócuas, tais como os móveis. As cadeiras eram construídas com ombros largos e cinturas de vespa, as pernas do piano eram cobertas por capas pelas damas embaraçadas, para não excitar os homens por sua semelhança com as pernas femininas”<sup>163</sup> e eram consideradas belas as mulheres frágeis fisicamente, sem vitalidade e de aparência diáfana e etérea, isto é, mais espiritual.

Essa restrição ou ocultação da sexualidade e do feminino se fez acompanhar, como já vimos acima, pela sua proliferação em discursos e práticas, que concorriam, não para destruir, mas para produzir e intensificar o corpo. Essas restrições ao *eros* se manifestavam, às vezes, em discursos e práticas que enfatizavam aspectos sexuais, que, na maior parte dos aspectos da sociedade e da cultura, eram escondidos, como, por exemplo, nos trajos femininos de noite, que eram extremamente decotados, enquanto a cintura da saia de crinolina acentuava as curvas.<sup>164</sup>

<sup>161</sup> Ver a reprodução dos uniformes femininos mais utilizados na rotina militar no anexo I.

<sup>162</sup> LINS, R. N.. **O livro do amor**. Vol 2: do Iluminismo à atualidade. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012, p. 111.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 110

<sup>164</sup> “No século XIX, o espartilho retornava ao uso cotidiano para compensar uma silhueta de ancas cada vez mais destacadas. Seu uso dificultava a respiração, fazia mal à coluna, deformava os órgãos internos, tornava difícil se sentar ou subir escadas.” (LINS, R. N. **O livro do amor**. Vol 2: do Iluminismo à atualidade. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012, p. 119)

Da mesma forma, nas instituições militares, que obedecem a esse regime de sexualidade, à emasculação e ao silêncio quanto às aporias e aos desvios em relação aos uniformes femininos e seu uso, revelam o quanto a feminilidade permeia a vida cotidiana e as relações sociais na caserna, mas é encoberta por subterfúgios e silêncios. Nesse quesito, no entanto, percebe-se, entre os instrutores, uma atitude de silenciamento quanto às inadequações e desencontros em relação a esses uniformes femininos, quando não são comentados os episódios de mulheres mal uniformizadas que foram repreendidas ou a respeito de um padrão mais recorrente de utilização do uniforme pelo segmento feminino na Força Terrestre.